



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

SARAH GABRIELA PAES CRISÓSTOMO

**A RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PROGRESSISMO NORTE-AMERICANO E
DA ESQUERDA BRASILEIRA ENTRE 2009 E 2016.**

**Brasília
2024**

SARAH GABRIELA PAES CRISÓSTOMO

**A RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PROGRESSISMO NORTE-AMERICANO E
DA ESQUERDA BRASILEIRA ENTRE 2009 E 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Virgílio Caixeta Arraes

Brasília

2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Débora Jacintho de Faria
Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente o progressismo norte-americano e a esquerda brasileira entre os anos de 2009 e 2016, período marcado pelas administrações de Barack Obama nos Estados Unidos e de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil. Partindo dos conceitos de esquerda e direita elaborados por Norberto Bobbio, a pesquisa investiga como essas ideologias foram postas em prática nesses dois países e como influenciaram suas políticas internas e relações bilaterais.

A investigação revela que, embora os governos de Obama e do Partido dos Trabalhadores (PT) compartilhem um compromisso com a justiça social e a redistribuição de renda, ambos adotaram um pragmatismo econômico que os posiciona como governos de centro-esquerda. A moderação no controle estatal e a preservação de elementos do liberalismo econômico, como o mercado livre, mostram que as administrações de Lula, Dilma e Obama conciliaram políticas sociais progressistas com uma economia capitalista, evitando rupturas com o sistema econômico vigente.

O estudo também examina o impacto dessas políticas nas relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, destacando momentos de cooperação, como na área de energia e tecnologia, e tensões, como no caso do escândalo de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA). Ao fim, conclui-se que, à luz dos conceitos de Bobbio, os governos de Lula, Dilma e Obama foram exemplos de centro-esquerda, combinando justiça social com pragmatismo econômico.

Palavras-chave: progressismo, esquerda, centro-esquerda, Brasil, Estados Unidos.

Abstract

This paper aims to comparatively analyze American progressivism and the Brazilian left between 2009 and 2016, a period marked by the administrations of Barack Obama in the United States and Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff in Brazil. Based on Norberto Bobbio's concepts of left and right, the research investigates how these ideologies were put into practice in these two countries and how they influenced their domestic policies and bilateral relations.

The investigation reveals that, although Obama's administrations and the Workers' Party (PT) governments share a commitment to social justice and income redistribution, both adopted an economic pragmatism that positioned them as center-left governments. The moderation in state control and the preservation of elements of economic liberalism, such as the free market, show that the Lula, Dilma, and Obama administrations reconciled progressive social policies with a capitalist economy, avoiding breaks with the prevailing economic system.

The study also examines the impact of these policies on bilateral relations between Brazil and the United States, highlighting moments of cooperation, such as in the areas of energy and technology, and tensions, such as in the case of the NSA espionage scandal. In conclusion, it is argued that, in light of Bobbio's concepts, the Lula, Dilma, and Obama governments were examples of center-left administrations, combining social justice with economic pragmatism.

Keywords: progressivism, left, center-left, Brazil, United States.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	10
1.1 Os espectros políticos por Bobbio.....	10
1.2 Conservadorismo e Progressismo	13
1.3 Contraponto: esquerda e direita a partir de um outro viés.....	14
CAPÍTULO 2: CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO (2009 – 2016).....	18
2.1 Alinhamento entre Brasil e Estados Unidos.....	18
2.2 A doutrina monroe e seu impacto nas relações EUA-Brasil	22
2.3 O Progressismo antes de Obama.....	23
2.3.1 O Partido Progressista de Theodore Roosevelt	25
2.3.2 Comparando com o Progressismo de Obama.....	27
2.4 O governo Obama (EUA, 2009-2016)	28
2.5 Os governos Lula e Dilma (Brasil, 2009-2016)	33
2.6 Contradição entre discurso e prática: classificando os governos Lula e Dilma	36
2.6.1 Governabilidade e o presidencialismo de coalizão	39
CAPÍTULO 3: IMPACTOS E COMPARAÇÕES ENTRE PROGRESSISMO E ESQUERDA.....	42
3.1 Semelhanças e diferenças.....	42
3.2 Relações bilaterais.....	42
3.2.1 Tensões entre Lula, Dilma e os EUA sobre a guerra do Iraque	42
3.2.2 Impactos nas relações bilaterais	44

4 CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA.....	48

INTRODUÇÃO

Discutir a relação entre Brasil e Estados Unidos é de suma importância, especialmente quando se considera que a política brasileira frequentemente olha para a norte-americana como um modelo a ser seguido. Durante o período de 2009 a 2016, marcado pelos governos de Barack Obama nos Estados Unidos e de Lula e Dilma Rousseff no Brasil, essa relação adquiriu novas camadas de complexidade, com o progressismo norte-americano e o trabalhismo brasileiro oferecendo visões distintas, mas por vezes complementares, de justiça social e governança.

No contexto do governo brasileiro neste período, o trabalhismo pode ser entendido como um conjunto de políticas e ideologias centradas na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção do desenvolvimento econômico com justiça social. Esse termo, historicamente associado a figuras como Getúlio Vargas e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passou por transformações ao longo do tempo, mas mantém seu foco na proteção social e na intervenção do Estado na economia em benefício dos trabalhadores.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), algumas características do trabalhismo estiveram presentes, embora em um contexto de política econômica mais pragmático, influenciado tanto por demandas internacionais quanto por compromissos com o setor privado. Contudo, é importante notar que, apesar dessas iniciativas trabalhistas, os governos de Lula e Dilma também adotaram medidas econômicas de caráter liberal, como controle da inflação e ajuste fiscal, especialmente no segundo mandato de Dilma.¹ Isso demonstra um hibridismo entre o trabalhismo clássico e uma política econômica mais pragmática, de centro-esquerda. O foco no trabalhismo, portanto, não era absoluto, mas estava entrelaçado com outras tendências econômicas e políticas. Desta forma, ao buscar então por essa definição, o tom dos governos estudados são notadamente enquadrados como centro-esquerda devido aos trabalhos nas áreas sociais e não propriamente na economia.

A análise dessa relação, focada na comparação entre o progressismo nos EUA e o alcance da esquerda no Brasil, é essencial para compreender não apenas o passado recente, mas também os desafios e oportunidades que se desenharam para o futuro das relações entre essas duas grandes nações. À medida que as interações entre Brasil e Estados Unidos se tornam mais

¹ EL PAÍS. Guia básico para entender o que o ajuste fiscal 2015 muda na sua vida. São Paulo, 22 Mai 2015. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/22/politica/1432322890723960.html>>. Acesso em: 13 set. 2024

complexas, a agenda bilateral se expande para englobar dimensões políticas, sociais, econômicas, estratégicas e culturais.

No Brasil, os debates em torno da escolha entre alinhamento ou autonomia em relação aos Estados Unidos permanecem intensos, mesmo diante da crescente projeção internacional do país ao longo das últimas décadas. Em meio ao reordenamento do poder mundial rumo a um equilíbrio multipolar e às profundas mudanças internas enfrentadas por ambos os países, analisar e comparar o progressismo norte-americano a chamada esquerda brasileira (entre 2009 e 2016) em meio a um período político que os dois países se encontram no ano de 2024 – pré eleições norte americanas em que há a possibilidade do retorno de um governo Republicano representado pelo candidato Donald Trump e a volta ao poder na última eleição brasileira (2022) do presidente Luís Inácio Lula da Silva – se revela particularmente pertinente em um momento de intensa polarização política global.

A tarefa de pensar este intercâmbio específico confunde-se com o próprio pensar sobre a política externa do país. Apesar do crescimento e da projeção cada vez maior do Brasil, o peso histórico dos EUA para a diplomacia e a política nacionais permanece elevado, uma vez que os mitos associados ao alinhamento e/ou autonomia tendem a polarizar o debate interno. (PECEQUILO, 2011, p.155)

O período entre 2009 e 2016 foi marcado por significativas transformações políticas e econômicas nos dois países, cujas administrações, lideradas por Barack Obama nos Estados Unidos e por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, adotaram políticas que refletiam ideologias progressistas e de esquerda. A análise dessas medidas permite entender não apenas as dinâmicas internas desses países, mas também como essas ideologias moldaram suas interações no cenário internacional.

Além disso, o estudo das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos durante esse período revela como essas correntes políticas influenciaram o desenvolvimento de alianças estratégicas, cooperação em temas globais, e as tensões que surgiram a partir de diferenças ideológicas. Este tema é de relevância acadêmica e prática, pois oferece uma compreensão aprofundada sobre as complexas interações entre ideologias políticas e a política externa em um contexto de globalização e crises econômicas.

Para entender a comparação entre o progressismo norte-americano e a esquerda brasileira entre 2009 e 2016, é importante primeiro definir o que é o "progressismo" nos Estados Unidos, o que é a esquerda no Brasil e depois analisar suas semelhanças e diferenças em relação ao viés brasileiro no mesmo período. Para isto, este trabalho pretende seguir uma abordagem

que entrelaça a teoria política com a análise das práticas políticas e das relações internacionais usando como base os livros "Direita e Esquerda" e "Dicionário de política", ambos de Norberto Bobbio, e os livros "Os Estados Unidos e o Século XXI" e "As Relações Brasil - Estados Unidos" de Cristina Soreanu Pecequilo.

Para uma contextualização histórica e política do período de 2009 a 2016, é crucial compreender o cenário global em que se deram as administrações de Obama, Lula e Dilma. Nos Estados Unidos, Barack Obama assumiu a presidência em 2009 em meio a uma das maiores crises econômicas desde a Grande Depressão. Sua administração foi marcada pela tentativa de recuperação econômica através de políticas de estímulo fiscal e pela implementação de reformas progressistas, como o *Affordable Care Act*, que buscavam ampliar a justiça social em um país marcado por profundas desigualdades.

Internacionalmente, Obama promoveu uma política externa baseada no multilateralismo e na reconstrução das alianças globais, tentando reposicionar os Estados Unidos como um líder global mais colaborativo, após os anos de unilateralismo da era Bush. As relações com o Brasil, durante este período, foram relativamente estáveis, com momentos de cooperação em temas como mudanças climáticas e comércio, mas também com tensões, especialmente em relação às políticas comerciais e à espionagem revelada em 2013.

No Brasil, os anos de 2009 a 2016 foram um período de transição entre o crescimento econômico, impulsionado pelas políticas de redistribuição de renda e de inclusão social do governo Lula, e a crise econômica que se aprofundou durante o governo Dilma Rousseff. Lula, em seu segundo mandato, consolidou o papel do Brasil como um ator importante no cenário internacional, promovendo uma política externa ativa, com foco no fortalecimento das relações Sul-Sul e na liderança em fóruns internacionais, como o BRICS.

Embora o Brasil tenha experimentado crescimento econômico significativo durante o governo Lula,² alcançando uma taxa de crescimento de 7,5% em 2010, especialmente devido ao boom das commodities³ e políticas de redistribuição de renda, a economia já estava começando a desacelerar nos últimos anos do segundo mandato de Lula (2010). Quando Dilma assumiu a presidência em 2011, a economia brasileira apresentava um crescimento mais modesto comparado aos anos anteriores e enfrentou desafios significativos, como em 2011 que

² AGÊNCIA SENADO. Economia brasileira foi a terceira que mais cresceu no mundo em 2010. 03 mar. 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/03/03/economia-brasileira-foi-a-terceira-que-mais-cresceu-no-mundo-em-2010>>. Acesso em: 13 set. 2024.

³ BALAKRISHNAN, Ravi; TOSCANI, Frederik. Como o boom das commodities ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina. IMFBlog, 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/06/21/blog-how-the-commodity-boom-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america>>. Acesso em: 13 set. 2024.

o crescimento econômico do Brasil caiu para 2,7%, e esse cenário de desaceleração continuou ao longo de seu governo até a crise política que culminou em seu impeachment em 2016. As relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos durante esse período foram marcadas por uma ambivalência: enquanto Lula manteve uma postura de autonomia relativa, buscando diversificar as parcerias internacionais, Dilma enfrentou dificuldades maiores, especialmente após o episódio de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA)⁴, que esfriou as relações entre os dois países. A espionagem, que envolveu a interceptação de comunicações de líderes mundiais, incluindo Dilma, levou ao cancelamento de uma visita de Estado da presidente brasileira a Washington e representou um ponto de atrito nas relações bilaterais, além de destacar as contradições nas promessas de Obama de uma política externa mais colaborativa.

Esse cenário histórico e político, marcado por desafios econômicos e pela tentativa de implementação de agendas progressistas e de esquerda, fornece um pano de fundo rico para a análise das relações bilaterais entre Estados Unidos e Brasil e do impacto dessas ideologias nas políticas internas de cada país. A interação entre essas duas potências regionais durante um período de crises e transformações globais revela como as ideologias políticas podem tanto aproximar quanto afastar nações, influenciando o rumo das políticas públicas e das relações internacionais.

Desta forma, os objetivos do trabalho são, em primeiro lugar, analisar, à luz dos conceitos de Norberto Bobbio, como as ideologias progressistas nos Estados Unidos e de esquerda no Brasil foram implementadas na prática durante os governos de Obama, Lula e Dilma, com ênfase nas políticas públicas e nos resultados socioeconômicos obtidos.

Em segundo lugar, o estudo busca comparar essas implementações para entender as semelhanças e diferenças nas abordagens políticas de ambos os países, levando em consideração os contextos históricos, culturais e institucionais. Além disso, pretende-se avaliar os impactos dessas políticas tanto nas relações bilaterais quanto nas políticas internas de cada país, identificando os principais pontos de convergência e divergência entre as agendas políticas de Obama e dos governos petistas.

Por fim, o trabalho visa contribuir para a discussão sobre o papel das ideologias políticas na formulação de políticas públicas e na construção de relações internacionais, oferecendo insights sobre os desafios e limitações enfrentados por governos progressistas e de esquerda em um contexto de crise econômica e crescente polarização política.

⁴ Agência Senado. EUA grampearam telefone do avião de Dilma. 04 jul. 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513286/noticia.html?sequence=1>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

A metodologia utilizada neste estudo será de caráter qualitativo e comparativo, combinando análise documental, revisão bibliográfica e estudo de casos. A pesquisa documental incluirá a análise de discursos oficiais, relatórios de governo, legislações e políticas públicas implementadas entre 2009 e 2016 nos Estados Unidos e no Brasil.

A revisão bibliográfica será fundamentada em autores que exploram as teorias do progressismo e da esquerda, como Norberto Bobbio, bem como em análises sobre as relações internacionais e políticas externas dos dois países, incluindo obras de Cristina Soreanu Pecequilo, Jill Lepore, Perry Anderson, Roger Scruton e Luis Fernando Ayerbe.

O estudo de casos focará em políticas-chave, como o *Affordable Care Act* nos Estados Unidos e o Bolsa Família no Brasil, explorando os resultados e impactos dessas iniciativas. A comparação entre os dois contextos será feita através da identificação de padrões comuns e particularidades, com o objetivo de entender como as ideologias foram traduzidas em ações governamentais e quais foram seus efeitos.

CAPÍTULO 1: Fundamentação teórica e conceitual

1.1 Os Espectros Políticos por Bobbio

Norberto Bobbio desempenha um papel central nesta análise ao fornecer a base teórica para a compreensão dos conceitos de esquerda, direita e centro. Em suas obras "Esquerda e Direita: Razões e Significados de uma Distinção Política" e "Dicionário de Política", ele investiga a natureza dessas categorias políticas, destacando como elas moldam diferentes ideologias ao longo da história.

‘Direita’ e ‘esquerda’ não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do "espaço político". Representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política: "Não se é de direita ou de esquerda no mesmo sentido em que se diz que se é 'comunista', 'liberal' ou 'católico'." Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. (REVELLI apud. BOBBIO, 1995, p.91)

Bobbio argumenta que a principal distinção entre direita e esquerda está na maneira como respondem à questão da desigualdade. Segundo ele, a esquerda busca ativamente a redução das desigualdades sociais por meio de políticas redistributivas, com uma maior intervenção estatal na economia e na sociedade. A direita, por outro lado, tende a aceitar as

desigualdades como parte natural da ordem social e preconiza a liberdade individual e econômica, defendendo que o Estado deve intervir o mínimo possível. Bobbio explica que as categorias "esquerda" e "direita" surgiram durante a Revolução Francesa e, desde então, permanecem como referências fundamentais para distinguir ideologias políticas. Ele salienta que "a política é o espaço do antagonismo" e que essas divisões ideológicas refletem contrastes profundos entre ideias e interesses (BOBBIO, 1995, p.66).

"O homem de direita se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição; o homem de esquerda, ao contrário, quer libertar seus semelhantes das cadeias impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc" (BOBBIO, 1995, p.81).

Bobbio afirma que "a esquerda está associada à busca pela igualdade, justiça social e transformações que visam melhorar as condições dos menos privilegiados", enquanto "a direita defende a manutenção da ordem e da propriedade privada, alinhando-se com valores conservadores" (BOBBIO, 1995, p.33). A esquerda se distingue por seu compromisso com a justiça social e a intervenção estatal para promover a igualdade, enquanto a direita valoriza a liberdade individual e vê a desigualdade como parte inevitável da ordem social.

Das reflexões feitas até aqui, das quais considero não ser possível excluir ao menos a atualidade, bem como da consulta a jornais e revistas realizada ao longo dos últimos anos, resulta que o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar. (BOBBIO, 1995, p.95)

No centro desse espectro político, está a posição de centro-esquerda, que combina os valores da esquerda, como a busca pela igualdade e a justiça social, com um pragmatismo econômico. O centro-esquerda, de acordo com Bobbio, busca conciliar políticas redistributivas com uma maior abertura para mecanismos de mercado, adotando uma abordagem moderada da intervenção estatal. "No centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, para os quais podemos empregar hoje a expressão "socialismo liberal" , nela compreendendo todos os partidos social-democratas, em que pesem suas diferentes práxis políticas;". (BOBBIO, 1995, p.119)

Este mesmo universo pode ser representado, e foi de fato representado em outros tempos, por outras duplas de opostos, algumas das quais têm um valor descritivo forte, como "progressistas e "conservadores", outras têm um valor descritivo fraco, como "brancos" e "negros".[...] A relatividade dos dois conceitos também se demonstra pela observação de que o caráter

indeterminado dos conteúdos, e portanto a sua possível mobilidade, faz que uma certa esquerda, ao se deslocar para o centro, possa se tornar uma direita com respeito a uma esquerda que permaneceu imóvel, e, simetricamente, uma certa direita que se desloca para o centro torna-se um esquerda com respeito a uma direita que não se movimentou. (BOBBIO, 1995, p.92)

Segundo Bobbio, a centro-direita tende a defender a manutenção de uma economia de mercado, a proteção da propriedade privada e a preservação das liberdades individuais, enquanto admite a necessidade de reformas pontuais e intervenções estatais limitadas para corrigir excessos do mercado e promover a justiça social. Ela busca equilibrar os interesses do capital e do trabalho, valorizando a ordem e a estabilidade, mas sem abraçar totalmente o conservadorismo ou o neoliberalismo extremo. Para Bobbio, a centro-direita representa uma moderação entre as posições mais radicais da direita e uma abertura para soluções pragmáticas, desde que não comprometam os princípios fundamentais de liberdade econômica e responsabilidade individual.

No centro direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que, com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à liberdade idêntica, que caracteriza aquilo que chamei de igualitarismo mínimo; Obviamente, a realidade é bem mais diversificada do que este esquema, construído segundo apenas dois critérios. (BOBBIO, 1995, p.119)

Essa abordagem pragmática reflete a flexibilidade ideológica que caracteriza o centro-esquerda. Bobbio destaca que "a eficácia desses conceitos depende da capacidade de adaptação às mudanças políticas e sociais" (BOBBIO, 1995, p.33). No caso de governos de centro-esquerda, como o de Lula e Dilma no Brasil que será contextualizado a seguir, esse pragmatismo político levou à adoção de políticas econômicas ortodoxas em determinados momentos, como a implementação de medidas de austeridade para garantir a estabilidade econômica, ao mesmo tempo em que ampliavam políticas sociais voltadas à redistribuição de renda.

Além disso, Bobbio também aborda os conceitos de "Terceiro Incluído", "Terceiro Inclusivo" e "Terceira Via", uma tentativa de romper a dicotomia entre esquerda e direita, que surge como uma alternativa ao dualismo político tradicional. Esses conceitos não são centrais na obra do autor italiano mas ele argumenta que, ao longo do tempo, essas posições intermediárias têm buscado alternativas pragmáticas, reconhecendo que "nem tudo pode ser definido apenas pela díade" (BOBBIO, 1995, p.38). Essa flexibilidade é especialmente visível

em contextos políticos onde alianças com setores conservadores ou neoliberais são necessárias para manter a governabilidade. No entanto ele é cético em relação a uma verdadeira "superação" da dicotomia entre esquerda e direita.

1.2 Conservadorismo e progressismo

Além das divisões entre esquerda e direita, Bobbio explora as ideias de conservadorismo e progressismo, que são centrais para entender o cenário político norte-americano. Segundo ele, o conservadorismo se caracteriza pela preservação da ordem existente e pela resistência a mudanças bruscas, sendo um "contraponto às forças inovadoras" (BOBBIO, 1998, p.242). O conservadorismo valoriza a estabilidade social e a continuidade das tradições, defendendo a manutenção das hierarquias sociais e a defesa da liberdade individual, principalmente no campo econômico.

Por outro lado, o progressismo pode ser visto como uma manifestação prática dos ideais de esquerda. Nos Estados Unidos, o progressismo histórico surgiu como uma resposta às desigualdades criadas pela industrialização e urbanização, e continua a influenciar a política contemporânea, promovendo reformas sociais e econômicas que buscam maior igualdade. Como Bobbio observa, "o progressismo se manifesta na busca por mudanças sociais e políticas que avancem os princípios de justiça social e igualdade" (BOBBIO, 1998, p.243). Durante a presidência de Barack Obama, por exemplo, políticas progressistas, como o *Affordable Care Act (Obamacare)*, visavam expandir o acesso à saúde, especialmente para os menos favorecidos.

Estes são dois critérios fundamentais que, combinados, servem para estabelecer um quadro que preserva a contestada distinção entre direita e esquerda, e ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e de esquerda doutrinas e movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo; que explica, ainda, por que tais movimentos, embora não sendo homogêneos, podem estar, em situações excepcionais de crise, potencialmente aliados. (BOBBIO, 1995, p.119)

Bobbio ressalta que "conservadorismo e progressismo não são de natureza especulativa, mas podem ser usados como símbolos de tendências complexas da história ocidental" (BOBBIO, 1998, p.243). Enquanto o conservadorismo defende a ordem estabelecida, o progressismo procura reformas que transformem as estruturas sociais e econômicas para promover maior equidade.

Apesar das reflexões de Bobbio terem sido publicadas em 1995, ainda usando como espelho a política italiana, suas reflexões podem ser consideradas atuais. Pensar em como a história pode ser cíclica pode ajudar a compreender a causa de tais pensamentos ainda se encaixarem após mais de 30 anos de história. “As expressões ‘direita’ e ‘esquerda’ continuam a ter pleno curso na linguagem política”. (BOBBIO, 1995, p.63)

A flexibilidade que Bobbio atribui aos conceitos de esquerda e direita nos alerta para a necessidade de uma análise contextualizada da política brasileira. É fundamental considerar as peculiaridades do sistema político, econômico e social brasileiro ao aplicar esses conceitos, reconhecendo que a sua interpretação pode variar em diferentes contextos históricos e culturais. Ao aplicar seus conceitos à realidade brasileira, buscamos discernir a autenticidade ideológica da esquerda nacional e compreender em que medida partidos políticos aderem aos princípios de igualdade e justiça social, conforme propostos por Bobbio.

As reflexões de Norberto Bobbio oferecem uma base teórica fundamental para analisar o espectro político e suas variações. Sua análise nos ajuda a entender como as ideologias de esquerda, centro-esquerda, centro-direita e direita moldam as políticas públicas e as relações internacionais. No contexto das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, é importante compreender como esses conceitos moldaram as interações entre os governos de Lula e Dilma.

Ao aplicar esses conceitos à realidade brasileira, é possível discernir as nuances entre o discurso ideológico e as práticas pragmáticas dos governos de Lula e Dilma, classificando-os como de centro-esquerda ao seguir uma linha progressista, em vez de uma esquerda pura, assim como com o governo de Obama, que também adotava uma agenda progressista em muitos aspectos, devido à adoção de políticas econômicas ortodoxas em certos momentos, mantendo ao mesmo tempo um compromisso com a redistribuição de renda e a justiça social, como será exposto a seguir.

1.3 Contraponto: esquerda e direita a partir de um outro viés

Apesar de Norberto Bobbio se reconhecer como alguém que se inclinava à esquerda, sua obra *Direita e Esquerda* não pode ser reconhecida como um panfleto partidário, mas sim uma análise filosófica rigorosa das diferenças fundamentais entre esses dois polos ideológicos. No entanto, na busca pela definição do que são os espectros políticos, e para confirmar esta ausência de tendência do italiano, outros autores com diferentes pontos de vista, e que se reconhecem como partidários de outros vieses, também foram consultados para a construção deste trabalho.

Tomando como ponto de partida a busca pela definição da esquerda, espectro político reconhecido amplamente como sendo a tendência dos governos que estavam no Brasil e nos Estados Unidos entre 2009 - 2016, o objetivo foi buscar a conceituação a partir do ponto de vista de autores que se identificavam inclinados à direita. Desta forma, o filósofo britânico Roger Scruton foi escolhido por fazer uma crítica contundente à Nova Esquerda e a vários intelectuais influentes desse movimento, ao mesmo tempo em que se reconhece admirador dos movimentos de direita.

No livro *Tolos, Fraudes e Militantes*, Scruton busca expor as falhas que identifica nas teorias e ideias de importantes pensadores da esquerda contemporânea. Ele examina como a Nova Esquerda se desenvolveu a partir do marxismo e crítica a forma como seus teóricos adaptaram as ideias marxistas para o contexto do século XX. Ele vê a Nova Esquerda como uma mistura de ideologias que, segundo ele, rejeitam a racionalidade e a verdade objetiva em favor de um relativismo moral e intelectual.

Para o britânico, a esquerda é vista como uma força que busca desconstruir as instituições e valores tradicionais da civilização ocidental, em nome de objetivos como justiça social, igualdade e libertação. Scruton acredita que os pensadores da esquerda têm uma visão utópica da sociedade, onde as desigualdades são sempre vistas como injustas e as instituições sociais, como família, Estado, e religião, são consideradas formas de opressão. A esquerda, segundo Scruton, tenta libertar as pessoas dessas "estruturas de dominação", o que ele vê como um processo destrutivo que ignora a importância dessas instituições na manutenção da ordem e da estabilidade social. Ele argumenta que essa busca pela igualdade extrema e pela desconstrução leva a um relativismo moral e à erosão das liberdades individuais, com o Estado assumindo um papel cada vez maior e mais autoritário.

A libertação advogada pelos atuais movimentos de esquerda não significa simples liberdade em relação à opressão política da direita para que cada um siga sua vida em paz. Ela significa emancipação das "estruturas": instituições, costumes e convenções que moldaram a ordem "burguesa" e estabeleceram um sistema partilhado de normas e valores no coração da sociedade ocidental. Mesmo os esquerdistas que rejeitam o libertarismo dos anos 1960 veem a liberdade como forma de soltura das amarras sociais. (SCRUTON, 2015, p.13)

A direita, por outro lado, para Scruton, está ligada à preservação das tradições, da ordem social e das instituições que sustentam a civilização ocidental. Para ele, a direita valoriza a liberdade individual, a responsabilidade pessoal, e reconhece que as desigualdades são naturais e inevitáveis em qualquer sociedade, sendo necessárias para o funcionamento saudável de uma

ordem social. A direita defende as hierarquias, o mercado livre e o respeito pela propriedade privada, entendendo que essas são as bases de uma sociedade estável e próspera. Scruton vê o conservadorismo, especialmente o britânico, como uma força de continuidade, que protege os valores essenciais que garantem a coesão social.

O conservadorismo — ao menos, o conservadorismo na tradição inglesa — é uma política de costumes, compromissos e perene indecisão. Para o conservador, a associação política deve ser vista do mesmo modo que uma amizade: não possui propósito dominante, mudando dia após dia, de acordo com a lógica imprevisível das conversas. (SCRUTON, 2015, p.15)

Assim, para Scruton, a principal diferença entre esquerda e direita reside na forma como cada uma vê a questão da igualdade e das instituições. A esquerda busca uma igualdade radical que, para ele, acaba prejudicando a liberdade e desmantelando instituições importantes, enquanto a direita entende que a liberdade e a preservação dessas instituições são fundamentais, mesmo que isso signifique aceitar certas desigualdades.

Scruton se concentra em intelectuais de destaque da esquerda, como: Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Jürgen Habermas, Jacques Lacan, Louis Althusser, e outros. O livro critica conceitos como a alienação, opressão de classe, e a crítica da cultura ocidental que, para Scruton, são simplificações exageradas e que promovem ressentimento, em vez de oferecer soluções reais. Ele argumenta que as teorias desses pensadores, quando postas em prática, resultam em políticas desastrosas, ao minar as instituições democráticas e promover visões utópicas que desconsideram a natureza humana e a complexidade social.

Scruton argumenta contra o liberalismo progressista típico dos democratas, especialmente no que diz respeito à justiça social e à expansão do papel do Estado em áreas como educação, saúde e regulamentação econômica. Ele também ataca o que vê como o relativismo moral e o politicamente correto, que são características frequentemente associadas a alas mais progressistas dos democratas. Scruton critica a esquerda liberal por promover políticas que, segundo ele, minam as tradições culturais e institucionais e enfraquecem a noção de responsabilidade individual em favor de um Estado mais intervencionista.

Em resumo, a obra de Scruton oferece uma análise filosófica e política crítica dos pensadores da esquerda contemporânea, buscando desmistificar o que ele vê como ilusões intelectuais perigosas que influenciaram o pensamento e a política ocidental no século XX.

Para contrapor as ideias de Roger Scruton com as de Norberto Bobbio é fundamental entender que ambos os autores abordam os espectros políticos a partir de perspectivas muito distintas. Enquanto Scruton adota uma postura conservadora crítica da esquerda, Bobbio busca

um entendimento mais descritivo e filosófico da distinção entre esquerda e direita, sem necessariamente aderir a uma dessas visões.

Bobbio oferece uma definição mais neutra e estruturada sobre o que diferencia a esquerda da direita. Ele argumenta que a esquerda é caracterizada pela busca por igualdade e justiça social, enquanto a direita valoriza as desigualdades naturais e a liberdade individual como fatores centrais. Para Bobbio, a luta central da esquerda é reduzir as desigualdades injustas, enquanto a direita tende a defender que essas desigualdades fazem parte de uma ordem natural ou funcional à sociedade. Portanto, sua concepção de esquerda e direita está relacionada à maneira como ambos os espectros veem a questão da igualdade.

Por outro lado, Scruton adota uma abordagem mais combativa e crítica em relação à esquerda, que ele vê como uma ameaça às instituições tradicionais e à ordem social. Em *Tolos, Fraudes e Militantes*, ele argumenta que muitos pensadores de esquerda promovem uma visão utópica e destrutiva que ignora a realidade das limitações humanas e a importância das tradições. Para Scruton, a esquerda busca desconstruir as bases da civilização ocidental, como a família, o mercado livre e as instituições culturais, em nome de uma suposta libertação e igualdade que, na prática, levam à desordem e à perda de liberdade individual. Ele vê a esquerda como promotora de um igualitarismo radical, que resulta na supressão das diferenças e na imposição de um controle estatal excessivo sobre a sociedade.

Ao comparar essas visões, é possível observar que Bobbio está mais preocupado em classificar e explicar os dois polos do espectro político, enquanto Scruton se dedica a criticar a esquerda contemporânea, especialmente a Nova Esquerda. No entanto, há pontos em que os dois autores "conversam". Ambos concordam, por exemplo, que a igualdade é um valor central para a esquerda e que a liberdade está mais associada à direita. Enquanto Bobbio vê isso como uma diferença essencial entre as duas vertentes, Scruton critica a busca da esquerda pela igualdade como uma ameaça à liberdade, que ele considera o valor mais elevado.

Esses dois objetivos, libertação e justiça social, obviamente não são compatíveis, não mais que a liberdade e a igualdade defendidas pela Revolução Francesa. Se a libertação envolve liberar o potencial do indivíduo, como impedir que os ambiciosos, determinados, inteligentes, bonitos e fortes saiam na frente, e o que devemos nos permitir como meios para reprimi-los? É melhor não confrontar essa questão impossível. É melhor convocar os velhos ressentimentos que examinar o que virá depois de sua expressão. (SCRUTON, 2015, p.14)

A principal diferença entre os dois autores está na neutralidade analítica de Bobbio e no partidarismo crítico de Scruton. Bobbio tenta manter uma posição mais filosófica, oferecendo

uma estrutura que permita entender a razão de ser de cada espectro político. Para ele, esquerda e direita são categorias permanentes e dinâmicas, que se transformam conforme as demandas sociais e os contextos históricos, mas que sempre gravitam em torno da questão da igualdade. Scruton, por outro lado, enxerga a luta entre esquerda e direita como uma batalha entre a destruição das tradições (esquerda) e a defesa das instituições fundamentais da civilização (direita).

Em termos de conceitos que os dois compartilham, ambos reconhecem que a igualdade é o ponto de partida para entender a esquerda e que a liberdade individual é o centro da direita. Entretanto, Bobbio vê essas posições como complementares em um debate democrático, enquanto Scruton as trata como fundamentalmente incompatíveis, especialmente nas suas formas mais extremas.

"Dois atributos da nova ordem justificam sua busca: libertação e 'justiça social'. Elas correspondem aproximadamente — mas apenas aproximadamente — à liberdade e à igualdade defendidas durante a Revolução Francesa" (SCRUTON, 2015, p.12). Isso conecta a ideia da esquerda com a busca por justiça social e libertação, conceitos centrais no espectro político de Bobbio.

Assim, enquanto Bobbio vê o espectro político como uma forma de entender e equilibrar as demandas sociais, Scruton entende a política em termos de uma luta cultural, onde a esquerda é vista como uma força desestabilizadora. Os dois autores, portanto, oferecem visões diferentes, mas complementares, do que significa ser de esquerda ou de direita, com Bobbio focando na descrição filosófica e Scruton em uma crítica acentuada das falhas que ele identifica na prática da esquerda moderna.

Comparar essas duas perspectivas deve nos auxiliar na compreensão e distinções dos governos brasileiro e norte-americano, entendendo que algumas destas características apontadas por Scruton podem estar presente em um governo mas não em outro. Auxiliando a termos uma visão mais aberta e ampla dos contextos conceituais e das diferentes realidades possíveis encontradas nesta pesquisa.

CAPÍTULO 2: Contexto histórico e político (2009 – 2016)

2.1 Alinhamento entre Brasil e Estados Unidos

O alinhamento Norte-Sul entre Brasil e Estados Unidos sempre foi uma questão central nas estratégias de política externa brasileira. Historicamente, os Estados Unidos desempenharam um papel crucial como potência de referência para o Brasil, tanto no âmbito

econômico quanto no político. Esse alinhamento, no entanto, variou ao longo do tempo, com momentos de maior proximidade e distanciamento, dependendo das circunstâncias internas e da dinâmica internacional.

As relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos completaram 200 anos em 2024 e já “passaram por guerras mundiais, golpes de Estado e vaivéns na política e economia até chegar ao bicentenário”. A relação iniciou em menos de dois anos após o Brasil se separar de Portugal, em 26 de maio de 1824, quando “o então presidente dos EUA, James Monroe, recebeu o encarregado de negócios do Brasil, José Silvestre Rebello. Washington reconheceu a independência brasileira, e os laços diplomáticos foram estabelecidos.”⁵

Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, Cristina Pecequilo explicou que na virada para o século 20 “um dos pioneirismos do Barão do Rio Branco foi justamente enxergar que o polo de poder rapidamente se transferia da Europa para a América do Norte. Diante desse diagnóstico, ele atuou para reposicionar o Brasil. “Rio Branco estabeleceu como prioridade uma relação pragmática com os EUA. Ele foi um visionário, percebeu que Brasil e EUA eram os dois grandes poderes hemisféricos, e que o eixo do poder mundial estava mudando para a América por causa dos EUA”, afirmou ela.”⁶

Segundo Pecequilo (2011), os Estados Unidos sempre perceberam o Brasil como um ator relevante na América Latina, e qualquer tentativa brasileira de consolidar sua posição como potência média ameaçava alterar o equilíbrio de poder no hemisfério. Isso ficou evidente na década de 1970, quando o Brasil se tornou uma voz ativa dos países do terceiro mundo, promovendo uma política externa autônoma e liderando coalizões de países em desenvolvimento.

“Apesar de um realinhamento no início da ditadura militar, afinal os EUA apoiaram o golpe de 1964, a necessidade de manter alguma autonomia em relação à Washington voltou a ganhar força pouco depois.” No entanto, crises econômicas internas, como as enfrentadas na década de 1980, levaram grupos domésticos a buscar uma reaproximação com os Estados Unidos, na crença de que esse realinhamento poderia restaurar o crescimento econômico (PECEQUILO, 2011, p. 47).

⁵COLETTA, Ricardo Della. 2 Veja cronologia dos 200 anos das relações diplomáticas entre Brasil e EUA. Folha de S. Paulo, 5 mai. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/05/veja-cronologia-dos-200-anos-das-relacoes-diplomaticas-entre-brasil-e-eua.shtml>> Acesso em: 14 set. 2024.

⁶COLETTA, Ricardo Della. Relação Brasil-EUA nasceu sob doutrina Monroe e mudou de paradigma no século 20. 25 mai. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/05/relacao-brasil-eua-nasceu-sob-doutrina-monroe-e-mudou-de-paradigma-no-seculo-20.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2024

Esse movimento de reaproximação começou com o governo de José Sarney e se intensificou com Fernando Collor, que foi eleito com a promessa de modernizar o Brasil e inseri-lo de forma mais integrada no sistema internacional. Em sua política externa, adotou uma postura favorável aos Estados Unidos em busca de um lugar no "Primeiro Mundo". Essa aproximação envolvia a adesão às normas globais de governança econômica, promovendo reformas estruturais que se distanciavam da tradição terceiro-mundista. Para Collor, a modernização do Brasil passava por um realinhamento com os EUA, que eram vistos como modelo de poder econômico e político no contexto pós-Guerra Fria.

No que se refere à promessa e visão de reinserção internacional no país defendida por Collor na campanha e implementada José Francisco Rezek (1990 - 1992) e Celso Lafer (1992), o propósito era transformar o Brasil em um país moderno de Primeiro Mundo, a partir da adesão às normas da comunidade internacional na economia e na política. Segundo Hirst e Pinheiro (1995), Collor visava à elaboração de uma política externa distante dos preceitos terceiro-mundistas e com uma ênfase acentuada na relação com os EUA, considerada como central no mundo pós-Guerra Fria. (PECEQUILO, 2011, p.50)

A política externa de Collor e seus sucessores, como Fernando Henrique Cardoso, foi marcada pela busca de um equilíbrio entre integração ao sistema capitalista global e preservação de interesses nacionais. De acordo com Cristina Pecequilo (2011), os Estados Unidos sempre enxergaram o Brasil como um importante parceiro regional, especialmente em termos econômicos, mas sem a mesma centralidade que atribuíram a outros países, como o México. No entanto, os EUA mantiveram um interesse constante em uma relação estável com o Brasil, devido à sua relevância econômica, especialmente após o sucesso do Plano Real, que estabilizou a economia brasileira e abriu espaço para maiores trocas comerciais e investimentos internacionais (PECEQUILO, 2011, p. 61-62). Jill Lepore, em sua análise sobre a história dos Estados Unidos, na seção que trata do período da Guerra Fria e seus desdobramentos, reforça que a política externa norte-americana sempre teve um viés pragmático, buscando alianças que favorecessem interesses econômicos, o que ajuda a entender por que a relação com o Brasil seguiu em termos cooperativos, mas nunca atingiu o nível de proximidade que outras nações latino-americanas conquistaram (LEPORE, 2018).

No entanto, a relação Brasil-EUA foi reconfigurada durante os anos de Lula (2003-2010), quando o Brasil buscou afirmar sua autonomia, ao mesmo tempo em que preservava laços pragmáticos com Washington. Jill Lepore (2018) explica que as relações hemisféricas, durante o governo de George W. Bush, foram influenciadas por uma abordagem unilateralista e uma ênfase em temas de segurança, como a Guerra ao Terror.

Over the course of the twentieth century, the United States had assumed an unrivaled position in the world as the defender of liberal states, democratic values, and the rule of law. From NATO to NAFTA, relations between states had been regulated by pacts, free trade agreements, and restraint. (LEPORE, 2018, p. 780)

Essa política americana teve implicações diretas nas relações com o Brasil, que preferia uma abordagem multilateral, especialmente em questões comerciais e ambientais.

A política de Lula era marcada por um discurso de autonomia e inclusão social, alinhado a governos progressistas na América Latina, como o de Hugo Chávez, que se opunham explicitamente à hegemonia americana. No entanto, como destaca Pecequilo (2011), Lula manteve um diálogo com os EUA em áreas estratégicas e conseguiu equilibrar a relação, sem cair em um confronto aberto. Ao contrário de seus predecessores, Lula buscou uma inserção mais equilibrada do Brasil no sistema internacional, liderando coalizões de países emergentes e promovendo o multilateralismo, o que contrastava com o unilateralismo de Washington (PECEQUILO, 2011, p. 73).

Esse pragmatismo de Lula também pode ser entendido à luz da análise sobre a continuidade da política externa dos EUA, independentemente de quem esteja no poder. De acordo com Cristina Pecequilo, mesmo presidentes democratas, como Barack Obama, mantiveram a tradição hegemônica americana, embora tenham adotado um tom mais diplomático e multilateralista. Obama buscou fortalecer as relações com o Brasil por meio de uma abordagem mais conciliatória, mas sem abrir mão dos interesses centrais dos EUA na América Latina.

Durante o governo de Obama, as relações com o Brasil continuaram sendo pragmáticas, baseadas principalmente no comércio e na cooperação em áreas como energia e tecnologia. Cristina observa que, embora houvesse uma expectativa de mudança com Obama, especialmente após a deterioração das relações hemisféricas durante o governo Bush, a política externa americana manteve-se focada em temas como segurança e comércio, com pouco espaço para avanços significativos em termos de cooperação mais ampla (PECEQUILO, 2011, p. 95).

A ideia de que o Brasil deveria se alinhar aos Estados Unidos, portanto, não é uniforme ao longo do tempo. Como apontado por Jill Lepore (2018), a relação entre os EUA e seus vizinhos no hemisfério sempre foi marcada por tensões, em parte devido à percepção de que os americanos veem a América Latina como seu quintal, conforme a Doutrina Monroe. Essa postura muitas vezes conflitou com as ambições de países como o Brasil, que buscavam uma posição de liderança no Sul Global, mas que, ao mesmo tempo, precisavam manter boas

relações com Washington para garantir seu desenvolvimento econômico (LEPORE, 2018, p. 644).

Portanto, o desejo de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos variou ao longo do tempo e foi influenciado tanto por pressões internas quanto por mudanças na política externa americana. Governos como o de Collor e FHC buscaram uma aproximação mais clara, enquanto Lula tentou equilibrar essa relação com uma postura mais autônoma, sem romper totalmente os laços. A dinâmica da política externa americana, analisada por autores como Pecequilo, Ayerbe, Anderson e Lepore, revela que, embora o Brasil seja um parceiro importante, ele nunca foi central na estratégia dos EUA, o que muitas vezes cria tensões e desafios para os formuladores de política externa no Brasil.

2.2 A Doutrina Monroe e seu impacto nas relações EUA-Brasil

A Doutrina Monroe, proclamada em 1823, marcou o início de uma política americana que posicionava a América Latina como uma área de influência exclusiva dos Estados Unidos. De acordo com Cristina Pecequilo, essa doutrina teve como objetivo principal impedir a interferência europeia no hemisfério ocidental, consolidando o papel dos EUA como potência hegemônica na região (PECEQUILO, 2011). Ao longo dos séculos XIX e XX, a Doutrina Monroe foi reinterpretada para justificar intervenções dos EUA nos países latino-americanos, incluindo o Brasil, sob a alegação de defesa dos interesses hemisféricos. Um exemplo notável dessa intervenção foi o apoio americano ao golpe militar de 1964 no Brasil, no contexto da Guerra Fria, que refletiu a política de contenção ao comunismo e o desejo dos EUA de manter governos alinhados aos seus interesses estratégicos.

No início do século XX, sob a liderança de Theodore Roosevelt, a Doutrina Monroe foi ampliada pela "Política do Big Stick" e pela "Corolário Roosevelt", que reforçaram a ideia de que os Estados Unidos tinham o direito de intervir nos assuntos internos dos países latino-americanos. Isso consolidou a América Latina como uma área de influência direta dos EUA e moldou as relações interamericanas por décadas. A Doutrina Monroe, assim, tornou-se uma das bases da política externa dos Estados Unidos, influenciando diretamente as dinâmicas de poder na região.

Pecequilo destaca que, apesar da retórica de "proteger" o hemisfério, a Doutrina Monroe serviu principalmente para fortalecer a hegemonia americana, resultando em uma série de intervenções políticas e econômicas nos países latino-americanos (PECEQUILO, 2011). No caso do Brasil, a relação com os EUA, sob a Doutrina Monroe, teve altos e baixos. Durante o

governo de Getúlio Vargas, por exemplo, o Brasil tentou manter uma postura de autonomia, mas as pressões americanas para alinhar-se aos seus interesses estratégicos foram uma constante.

Durante o governo de Lula e Dilma, houve uma tentativa de afastar o Brasil dessa tradição de subordinação aos interesses americanos, com uma política externa voltada para a cooperação Sul-Sul e a busca de maior autonomia nas relações internacionais. No entanto, as tensões históricas geradas pela Doutrina Monroe ainda influenciam as dinâmicas de poder entre os dois países, mesmo em momentos de maior autonomia por parte do Brasil.

2.3 O progressismo antes de Obama

Ao longo de sua trajetória política, Barack Obama confirmou por diversas vezes em discursos que se declarava como um político progressista. Desta forma, para entender seu governo e de que forma se alinhou ao governo brasileiro durante o período em que esteve à frente da Casa Branca se faz necessário entender como foi feita essa construção do progressismo nos Estados Unidos.

Em 2008, Obama chegou a discursar para confirmar seu viés político após tomar medidas que não condizem com práticas do espectro político que ele se auto intitula.

Após uma série de discursos em que sinalizou politicamente dar um passo à direita -e que o mergulharam em críticas de que seria incoerente e "viracascaca"-, o democrata Barack Obama declarou ontem que é "sem dúvida, progressista". [...] O comentário veio em um encontro com eleitores em Atlanta, após um deles questionar o candidato à Casa Branca sobre suas posições conservadoras, defendidas sobretudo na semana passada. Obama disse: "As pessoas que dizem isso aparentemente não me escutaram. E devo dizer que alguns deles são meus amigos da esquerda. Eu sou uma pessoa, sem dúvida, progressista", declarou. (BERGAMASCO, 2008)⁷

O progressismo nos Estados Unidos, antes da presidência de Barack Obama, teve raízes profundas que remontam ao início do século XX. O conceito de progressismo evoluiu ao longo dos anos, passando por diversas fases e influências. No país norte-americano ele começou a se formar no final do século XIX e início do século XX, em resposta às desigualdades e injustiças resultantes da rápida industrialização e urbanização. O movimento progressista visava reformar o sistema político e social para enfrentar problemas como corrupção, monopólios corporativos

⁷BERGAMASCO, Daniel. Obama nega direitização e se proclama progressista. Folha de S. Paulo. São Paulo, 09 jul. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0907200807.htm>>. Acesso em: 09 set. 2024.

e desigualdades sociais. Começou sua atuação principalmente focado em nível local, mas depois se expandiu para os níveis estadual e nacional.⁸

O conceito de progressismo nos EUA foi inicialmente moldado por figuras como Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson. Roosevelt, como presidente (1901-1909), promoveu uma agenda conhecida como "*Progressive Era*", que incluiu reformas significativas como a regulamentação de grandes corporações e a promoção de leis de proteção ao trabalhador. Ele incorporou muitos dos ideais progressistas em sua presidência, buscando um equilíbrio entre o poder corporativo e as necessidades do povo.

A chamada "*Progressive Era*", que se estendeu aproximadamente de 1890 a 1920, foi um período crucial para o desenvolvimento do progressismo. Durante esse período, houve um foco intenso na reforma política e social, com a introdução de leis sobre direitos trabalhistas, educação e saúde pública. Uma das grandes inovações dessa era foi a implementação de reformas eleitorais, como as eleições primárias e o voto secreto, que visavam ampliar a participação popular e reduzir a corrupção.

Jill Lepore, em *These Truths: A History of the United States*, examina a ascensão do Progressismo como um movimento profundamente enraizado na resposta às pressões sociais e econômicas da virada do século XIX para o século XX. Segundo Lepore, o Progressismo surgiu como uma versão de classe média do Populismo, sendo menos radical, mas focado em reformas políticas e sociais. Enquanto os populistas pediam menos governo, os progressistas acreditavam que o governo poderia ser um agente de mudança para combater os excessos do capitalismo industrial.

Lepore descreve o Progressismo como uma reação ao que foi percebido como os abusos da Era Dourada, especialmente em termos de desigualdade e concentração de poder nas mãos de grandes corporações e elites financeiras. Ela argumenta que o Progressismo emergiu como uma versão "de classe média" do Populismo, sendo menos radical, mas ainda focado na reforma política e social. Os progressistas acreditavam que o governo poderia ser um agente de mudança para combater os excessos do capitalismo industrial, uma visão contrastante com o desejo dos populistas por menos governo. (LEPORE, 2018, p.388-390)

Além disso, Lepore explica que o Progressismo, influenciado pelo "Evangelho Social", misturava ideais religiosos com a política, promovendo reformas que buscavam tanto justiça social quanto eficiência governamental. Essas reformas incluíam o imposto de renda federal, a

⁸ Wikipédia. Era Progressiva. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_Progressiva#:~:text=A%20Era%20Progressiva%20ou%20Era,classe%20m%C3%A9dia%20ou%20ministros%20cris%C3%A3os. Acesso em: 14 set. 2024

eleição direta de senadores, o sufrágio feminino e a regulamentação de grandes corporações, exemplificando uma nova fé no governo como a solução para os problemas criados pela modernidade. (LEPORE, 2018, p. 389)

Um dos principais avanços do movimento progressista foi a reforma eleitoral, que introduziu mecanismos destinados a garantir a maior participação e controle popular no sistema democrático. Essas reformas incluíam:

- Eleições primárias: Antes da Era Progressista, os candidatos dos partidos políticos eram frequentemente escolhidos em convenções privadas, controladas por líderes partidários ou "chefes políticos", o que dava margem para a corrupção e o nepotismo. A implementação das eleições primárias, que permitiam aos cidadãos escolher diretamente seus candidatos, foi uma vitória significativa dos progressistas. Isso aumentou a transparência no processo de seleção dos candidatos e reduziu a influência dos chefes políticos.
- Cédula emitida pelo governo: Também conhecida como Australian Ballot, essa reforma foi crucial para garantir a integridade das eleições. Antes da introdução desse sistema, os partidos políticos distribuíam suas próprias cédulas de votação, muitas vezes manipuladas para influenciar o resultado das eleições. Com a adoção da cédula emitida pelo governo, a votação tornou-se mais justa, já que todos os eleitores recebiam cédulas padronizadas e oficiais, que incluíam todos os candidatos, promovendo maior imparcialidade.
- Votação secreta: A introdução do voto secreto foi outra conquista central da Era Progressista. Esse sistema protegia os eleitores de represálias e coerção, permitindo que eles votassem de acordo com suas convicções sem o medo de sofrer consequências. O voto secreto foi visto como um passo fundamental para a democratização do processo eleitoral e para a proteção da liberdade individual no âmbito político.

Essas reformas eleitorais foram apenas uma parte da agenda progressista mais ampla, que incluía também a luta contra os monopólios corporativos, o fortalecimento dos direitos trabalhistas e a regulamentação de setores chave da economia. Contudo, essas reformas políticas representavam o cerne do esforço progressista para devolver o controle do governo ao povo, afastando-o das garras da corrupção e da influência corporativa.

2.3.1 O Partido Progressista de Theodore Roosevelt

Uma figura central na Era Progressista foi o presidente Theodore Roosevelt, que desempenhou um papel crucial na implementação dessas reformas e na promoção de uma agenda progressista que visava equilibrar os interesses do capital e do trabalho. Após sua presidência (1901-1909), Roosevelt continuou sua luta por reformas políticas ao fundar o Partido Progressista, também conhecido como o "Bull Moose Party", em 1912, após um rompimento com o Partido Republicano (SCHLESINGER, 1986, p.319).

O Partido Progressista foi criado em um contexto de grande insatisfação com a crescente influência dos monopólios e dos grandes interesses corporativos sobre a política americana. Roosevelt, um defensor fervoroso da regulação do poder corporativo e da preservação dos direitos do cidadão comum, acreditava que a reforma política era necessária para impedir que o governo americano se tornasse refém das grandes corporações.

O programa do Partido Progressista, que Roosevelt chamou de "New Nationalism", defendia uma série de medidas que visavam fortalecer o papel do governo na economia e na sociedade. *"In Theodore Roosevelt's program, which Croly dubbed the New Nationalism, he saw a movement to "emancipate American democracy from its Jeffersonian bondage" and to "give a democratic meaning and purpose to the Hamiltonian tradition and method."* (SCHLESINGER, 1986, p.238). Entre essas medidas estavam:

- Regulamentação das grandes corporações: Roosevelt acreditava que o governo federal deveria intervir para regular os monopólios e evitar que as grandes corporações controlassem o mercado e os meios de produção. Ele propunha a criação de uma agência reguladora federal para supervisionar essas empresas e garantir que elas operassem em benefício do público, e não apenas de seus acionistas.
- Direitos trabalhistas: O Partido Progressista de Roosevelt também defendia melhorias nas condições de trabalho, incluindo a redução da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil e a criação de um sistema de compensação para trabalhadores acidentados. Essas propostas refletiam a preocupação progressista com a justiça social e a proteção dos mais vulneráveis na sociedade industrial.
- Reforma eleitoral e política: Em consonância com os ideais da Era Progressista, o Partido de Roosevelt defendia a implementação de eleições primárias obrigatórias para todos os cargos, a introdução do sufrágio feminino e o fortalecimento da democracia direta por meio do referendo e da iniciativa popular.

Apesar de não ter conseguido vencer a eleição de 1912, o impacto do Partido Progressista de Theodore Roosevelt foi profundo, pois consolidou muitas das reformas políticas e sociais que moldaram o futuro do progressismo nos Estados Unidos. O partido deixou um legado duradouro de defesa de um governo forte e regulador, que poderia atuar como um contrapeso às forças econômicas que ameaçavam a liberdade e a justiça social.

A Grande Depressão dos anos 1930 impulsionou ainda mais o progressismo, com o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, que marcou um ponto de inflexão na relação entre o Estado e a sociedade americana. Através de um conjunto de programas e reformas sociais e econômicas, o governo federal assumiu um papel mais ativo na regulação da economia e na proteção dos cidadãos que buscavam combater os efeitos devastadores da Grande Depressão. O *New Deal* consolidou a base do progressismo moderno ao ampliar significativamente o papel do governo na economia e na proteção social.

The New Deal, as conceived by Franklin Roosevelt, stood precisely for the supremacy of the general welfare — the "concert of interests" — over sectional and factional interests. And no 'traditional' liberal believes that the problems of the 1980s and 1990s will yield to the remedies of the 1930s or even less to the obsessions of the 1960s. While the spirit of FDR remains a resource, the New Deal remedies were designed for a different age. (SCHLESINGER, 1986, p.251).

Após a Segunda Guerra Mundial, o progressismo consolidou-se com o *mid-century liberalism*, caracterizado pela expansão do Estado de Bem-Estar Social e pela luta pelos direitos civis. No entanto, a partir dos anos 1980, o neoliberalismo, com suas políticas de desregulamentação e privatização, desafiou os princípios progressistas e levou a um enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social.

Antes de Obama, o progressismo nos EUA era caracterizado por uma trajetória de reformas que buscavam enfrentar desigualdades e promover justiça social. Diante desse cenário, diversos movimentos sociais emergiram nas décadas de 1960 e 1970, como o feminismo, o movimento negro e o movimento ambiental, revitalizando o progressismo e colocando em pauta novas demandas sociais.

2.3.2 Comparando com o Progressismo de Obama

Desde a Era Progressiva até o *New Deal* e a Grande Sociedade, o progressismo evoluiu para incorporar um papel mais ativo do governo na economia e na sociedade. Essa trajetória de reformas preparou o terreno para a campanha presidencial de Barack Obama em 2008, que

representou um momento crucial no avanço do progressismo contemporâneo. Obama reuniu diferentes setores progressistas, oferecendo uma visão de futuro mais justa e inclusiva para os Estados Unidos. No entanto, sua presidência também enfrentou desafios significativos, como a crise econômica de 2008 e a resistência conservadora, que limitaram a implementação de suas propostas.

A presidência de Obama pode ser vista como uma continuidade desse legado de volta dos movimentos sociais, adaptando os princípios progressistas às novas realidades do século XXI. Embora as reformas eleitorais já estivessem consolidadas, a luta por maior justiça social e econômica continuava a ser uma prioridade. Suas políticas, como o *Affordable Care Act* (ACA) e a ampliação dos direitos dos homossexuais, foram vistas como uma continuidade das lutas progressistas do passado. O ACA, por exemplo, foi uma tentativa de expandir o acesso à saúde, especialmente para as classes mais vulneráveis. Entretanto, ele preservou o papel das seguradoras privadas, mantendo uma estrutura de mercado – algo que reflete a evolução pragmática do progressismo no século XXI, que, assim como na era de Roosevelt, buscava equilibrar as demandas por justiça social com as estruturas econômicas capitalistas.

Desta forma, ao contrário da agenda de Roosevelt, que visava uma regulação mais intensa das grandes corporações, Obama procurou equilibrar a intervenção estatal com a lógica de mercado. O progressismo nos EUA sob Obama manteve a tradição de reformas que promovem a justiça social e a igualdade, mas, assim como em outras épocas, sem romper completamente com o sistema de mercado. Embora tenha havido avanços significativos, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o ACA, o governo Obama enfrentou resistência conservadora, o que limitou algumas de suas propostas mais ambiciosas, refletindo a contínua tensão entre as forças progressistas e conservadoras na política americana. Portanto, o progressismo de Obama refletiu uma continuidade histórica do movimento, mas com um pragmatismo adaptado às exigências políticas e econômicas contemporâneas.

2.4 O governo Obama (EUA, 2009-2016)

Barack Obama foi o primeiro negro a se tornar candidato de um dos dois principais partidos dos Estados Unidos, o Partido Democrata. Em 2008, ele era visto como jovem demais para representar a legenda na disputa presidencial. No entanto, Obama conquistou grande visibilidade e venceu as primárias, tornando-se uma figura política de destaque. As condições daquela eleição favoreciam os democratas, pois o país enfrentava uma recessão, e o presidente George W. Bush, já em seu segundo mandato, sofria com uma alta impopularidade. Dois

grandes fatores contribuíram para isso: o desgaste causado pela guerra no Iraque e a crise econômica.⁹

Durante a presidência de Obama (2009-2016), o governo dos Estados Unidos implementou diversas políticas que refletem os valores do progressismo, particularmente nas áreas de saúde, economia e direitos civis.¹⁰ Seu governo é frequentemente apontado como um marco na implementação de políticas progressistas nos Estados Unidos. Como apontado anteriormente, o progressismo no contexto norte-americano pode ser entendido como uma corrente política que busca promover justiça social, igualdade e maior intervenção estatal em setores chave para corrigir desigualdades estruturais, mas sem abandonar completamente os fundamentos do liberalismo econômico. De fato, o progressismo americano é uma evolução de ideias liberais que, ao longo do século XX, se alinharam com a defesa de um Estado mais ativo em questões sociais, mas que mantém um compromisso com a economia de mercado.¹¹

O governo Obama é frequentemente classificado como um exemplo de progressismo moderado, uma vez que suas políticas, embora buscassem amplas reformas sociais, respeitaram os limites do capitalismo liberal. Com uma agenda focada na ampliação de direitos civis, justiça social e intervenção estatal para lidar com desigualdades, sua presidência buscou equilibrar esses princípios com a tradição do liberalismo econômico, o que o posiciona, segundo a análise de Norberto Bobbio, como um governo de centro-esquerda. Embora Obama tenha defendido reformas ambiciosas, suas ações também evidenciaram a necessidade de conciliar demandas progressistas com a lógica de mercado e o funcionamento das instituições democráticas americanas.

Um exemplo marcante dessa abordagem é o *Affordable Care Act (ACA)*, ou "*Obamacare*", implementado em 2010.¹² Junto com a "Lei de Reconciliação da Saúde e Educação", se tornou o maior projeto de mudança no sistema de saúde americano desde que os programas *Medicare* e *Medicaid* entraram em vigor em 1965. Esta política foi projetada para

⁹ GUTIERREZ, Felipe. Barack Obama, primeiro presidente negro dos EUA, enfrentou mentiras sobre sua origem na campanha de 2008. G1, 27 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/10/27/barack-obama-primeiro-presidente-negro-dos-eua-enfrentou-mentiras-sobre-sua-origem-na-campanha-de-2008.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2024

¹⁰ GARCEZ, Bruno. Obama detalha propostas e parte para ofensiva contra McCain. BBC Brasil, 29 ago. 2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080829_obamapropostas_bg. Acesso em: 09 set. 2024.

¹¹ ROCHAMONTE, Catarina. Progressismo: privilégios, hegemonia e tensão social. Instituto Liberal, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/progressismo-privilegios-hegemonia-e-tensao-social/>. Acesso em: 13 set. 2024.

¹² HEALTH CARE. Affordable Care Act (ACA). Disponível em: <<https://www.healthcare.gov/glossary/affordable-care-act/>>. Acesso em: 10 set. 2024

ampliar o acesso à saúde por meio de subsídios governamentais e expansão do Medicaid, mas não substituiu o sistema privado de saúde.

Ao contrário dos sistemas de saúde de outros países ricos, o sistema dos Estados Unidos é uma colcha de retalhos de seguros privados e programas governamentais restritivos, o que deixou dezenas de milhões de pessoas sem cobertura. Os Estados Unidos gastam mais com saúde do que qualquer outro país. (REUTERS, 2012)¹³

Embora o ACA fosse progressista na busca de reduzir a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, ele também preservou a competitividade de mercado das seguradoras privadas, mantendo a lógica de um sistema de saúde controlado principalmente por interesses corporativos. A legislação proibiu práticas discriminatórias, como a recusa de cobertura para pessoas com condições preexistentes, e estabeleceu a obrigatoriedade de que todos tivessem seguro saúde, mas o controle estatal não foi total, sendo mediado pela cooperação com o setor privado.¹⁴

Cristina Pecequilo observa que a expansão do sistema de saúde foi uma resposta direta à crise econômica e social que o país enfrentava, refletindo os valores de igualdade e justiça social característicos do progressismo. Contudo, como aponta Jill Lepore, essa política, embora ousada, não foi uma ruptura com o liberalismo econômico, já que manteve o papel central das seguradoras privadas no sistema de saúde, colocando limites à intervenção estatal.

Da mesma forma, a resposta do governo Obama à crise financeira de 2008 é um exemplo de como o progressismo americano, em sua vertente mais pragmática, não se opõe radicalmente ao capitalismo, mas busca reformá-lo. O *American Recovery and Reinvestment Act (ARRA)* de 2009 foi um pacote de estímulo econômico que injetou mais de 800 bilhões de dólares na economia em uma tentativa de estimular a economia por meio de investimentos em infraestrutura, energia limpa e educação.¹⁵ Essa medida alinhava-se à visão keynesiana de intervenção estatal para estimular a economia durante recessões,¹⁶ mas Obama evitou a

¹³ VICINI, James; STEMPEL, Jonathan. US top court upholds key Obama healthcare centerpiece. Reuters, 28 Jun. 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/2012/06/28/usa-healthcare-court-idUSL2E8HS4WG20120628/>>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁴ WIKIPÉDIA. Patient Protection and Affordable Care Act. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Patient_Protection_and_Affordable_Care_Act#cite_note-overhaul-3>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁵ AGARWAL, Rajshree. Lessons From The 2009 American Recovery And Reinvestment Act For The American Jobs And Infrastructure Plan. Forbes, 05 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/rajshreeagarwal/2021/05/05/lessons-from-the-2009-american-recovery-and-reinvestment-act-for-the-american-jobs-and-infrastructure-plan/>>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁶ HENRIQUE, Jhonattan. Keynesianismo: o que diz essa teoria econômica?. Politize!, 14 nov. 2019. Disponível em:

estatização em larga escala de setores econômicos, mantendo o mercado livre como motor central da economia americana.¹⁷

Outro aspecto importante do progressismo de Obama foi o avanço em questões de direitos civis. Em 2012, o presidente se tornou o primeiro a apoiar publicamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, consolidando um marco importante para os direitos LGBTQIA+.¹⁸ Além disso, a administração, apesar dos desafios, buscou corrigir desigualdades raciais e de gênero, promovendo a diversidade em nomeações judiciais e na administração pública.¹⁹ Essas iniciativas posicionaram os Estados Unidos à frente de outros países no que tange aos direitos civis, e mostraram a importância de um governo disposto a enfrentar as desigualdades estruturais da sociedade americana.

A Lei de Igualdade Salarial (*Lilly Ledbetter Fair Pay Act*), sancionada em 2009, visava reduzir a diferença salarial entre homens e mulheres, facilitando o processo de ações judiciais por discriminação salarial.²¹ O casamento igualitário e a luta por igualdade salarial se enquadram na agenda progressista de promover maior equidade social, mas, mais uma vez, essas reformas ocorreram dentro de um quadro legal já existente, sem uma transformação estrutural radical do sistema americano de direitos e garantias.

No que diz respeito à desigualdade racial, o governo Obama enfrentou desafios significativos. Embora tenha promovido iniciativas voltadas para combater a desigualdade racial e ampliar os direitos civis, os resultados no combate à desigualdade racial foram limitados. Movimentos como o Black Lives Matter, surgidos durante sua administração, evidenciam que, apesar das boas intenções e de alguns avanços, as desigualdades raciais estruturais, como a brutalidade policial contra minorias, continuaram sendo um problema não

<<https://www.politize.com.br/keynesianismo/#:~:text=A%20doutrina%20Keynesiana%20ficou%20conhecida,e%20garantir%20o%20pleno%20emprego>>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁷ FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. American Recovery and Reinvestment Act of 2009. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/general/american-recovery-and-reinvestment-act-2009>>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁸ BBC News Brasil. Obama se diz a favor do casamento gay nos EUA. 09 mai. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120509_obama_casamento_gay_rc_pu#:~:text=O%20presidente%20americano%2C%20Barack%20Obama,de%20mesmo%20sexo%20no%20Estado>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁹ MELO, João Ozorio de. Presidente Obama investe em minorias nas nomeações de juízes federais. Consultor Jurídico, 22 jun 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jun-22/obama-investe-minorias-nomeacoes-juizes-federais/>>. Acesso em: 10 set. 2024

²⁰ CARTA CAPITAL. A questão racial e o sonho da igualdade na era Obama. 16 jul. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-questao-racial-e-o-sonho-da-igualdade-na-era-obama-2223/> Acesso em: 10 set. 2024

²¹ CONGRESS. S.181 - Lilly Ledbetter Fair Pay Act of 2009. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/111th-congress/senate-bill/181#:~:text=Lilly%20Ledbetter%20Fair%20Pay%20Act%20of%202009%20%2D%20Amends%20the%20Civil,individual%20is%20affected%20by%20application>>. Acesso em: 10 set. 2024

resolvido. Como destacado por Cristina Pecequilo, o legado de Obama no combate à desigualdade racial foi frequentemente moderado por seu pragmatismo político, refletindo uma abordagem de reformas graduais, em vez de mudanças estruturais mais profundas.

No entanto, as tentativas de Obama de implementar reformas mais ambiciosas enfrentaram resistência significativa no Congresso, especialmente após a eleição de uma maioria republicana em 2010. Propostas como uma reforma mais abrangente do sistema de imigração e uma regulação financeira mais rígida foram bloqueadas ou diluídas. Ao contrário de expectativas mais radicais, o governo Obama não foi capaz de romper com o "neoliberalismo suave" que caracterizou os governos anteriores, especialmente na área econômica, onde prevaleceu uma abordagem cautelosa em relação ao papel do Estado. Roger Scruton argumenta que as políticas de Obama, embora progressistas, estavam enraizadas em um pragmatismo político necessário para governar em um ambiente polarizado.

Em suma, o progressismo nos EUA sob Barack Obama promoveu reformas sociais importantes, mas sempre dentro de um quadro de moderação em termos de controle estatal. O governo representou uma síntese entre o progressismo e o liberalismo econômico e priorizou a justiça social em áreas como saúde e direitos civis, mas preservou os pilares do liberalismo econômico, especialmente a liberdade de mercado. Enquanto implementava reformas significativas, especialmente na área de saúde, direitos civis e recuperação econômica, ele também se manteve dentro dos limites estabelecidos pelo sistema de mercado e pela lógica política americana.

Segundo a análise de Bobbio, essa moderação coloca o governo Obama no espectro da centro-esquerda, onde as reformas progressistas convivem com a preservação de elementos centrais do capitalismo liberal. A presidência de Obama, portanto, reflete uma tentativa de equilibrar a justiça social com as tradições econômicas dos Estados Unidos, demonstrando as tensões e os limites do progressismo em uma sociedade marcada pela polarização política e a força do liberalismo econômico.

A política externa de Obama foi marcada por uma tentativa de reposicionar os Estados Unidos como uma potência global colaborativa após o unilateralismo da era Bush. Obama priorizou o multilateralismo e a diplomacia, com a retirada de tropas do Iraque e o uso de diplomacia para negociar o acordo nuclear com o Irã.²² Contudo, apesar de sua retórica progressista, sua política externa permaneceu ancorada em interesses hegemônicos tradicionais

²² G1. **Acordo nuclear com Irã é baseado em verificações, diz Obama**. 14 jul. 2015. <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/acordo-com-ira-e-baseado-em-verificacoes-diz-obama.html>>. Acesso em: 06 out. 2024

dos EUA. Cristina Pecequilo ressalta que, embora Obama tenha se distanciado de intervenções diretas em alguns conflitos, como no caso da Síria,²³ sua política externa continuou a favorecer o uso de drones em operações militares, o que levantou questões sobre violações de direitos humanos e a falta de transparência nessas ações. Ademais, suas promessas de mudança nas relações com a América Latina tiveram resultados limitados, com continuidades significativas nas políticas de segurança e comércio, especialmente em relação ao combate ao narcotráfico e às políticas de imigração.

2.5 Os Governos Lula e Dilma (Brasil, 2009-2016)

No Brasil, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) são frequentemente associados à esquerda, principalmente devido à ênfase em políticas sociais e de inclusão econômica. No entanto, é importante considerar a complexidade do que realmente se define como esquerda, tanto no Brasil quanto em outros contextos, e como essas definições se aplicam ao Partido dos Trabalhadores (PT) durante seus mandatos.

Lula surgiu pela primeira vez na cena política brasileira ainda durante o final da década de 1980, no contexto da primeira eleição direta para Presidente no Brasil depois do golpe de 1964. O cenário do país era de crise econômica e ele enfrentou a disputa contra o candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello. Apesar dos dois candidatos representarem novas forças para a política brasileira, “Collor obteve vantagem sobre Lula ao prometer uma visão de futuro nova” e “com uma ênfase acentuada na relação com os EUA”. Além disso, “a busca de uma agenda relacionada aos princípios de justiça e ação do Estado na economia, derivada de um programa socialista” (que foi associada a derrota da URSS na Guerra Fria), somada a uma “forte propaganda da mídia anti-Lula, com manipulação de informações e dos debates, tentando gerar um clima de pânico” fizeram com que o candidato escolhido pela população fosse Collor. (PECEQUILO, 2011, p.49, 50)

Lula teve uma trajetória de ascensão marcada por seu ativismo sindical e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Vindo de origens humildes no sertão pernambucano, ele migrou com sua família para o interior de São Paulo em busca de melhores condições de vida. Sua carreira no movimento sindical ganhou força no final dos anos 1970, durante o regime

²³ BBC NEWS BRASIL. **Obama decide por intervenção na Síria, mas vai buscar aval do Congresso.** 31 ago. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130831_obama_pronunciamento_siria_lgb>. Acesso em: 06 out. 2024

militar, onde ele se destacou como líder das greves dos metalúrgicos do ABC paulista, um dos maiores polos industriais do país. Essas greves representaram uma resistência significativa ao regime e o projetaram no cenário político nacional.²⁴

Ao concorrer pela primeira vez à presidência em 1989, no contexto da abertura política pós-ditadura, Lula era visto como o candidato da esquerda, alinhado com o ideário socialista e as demandas dos trabalhadores. De acordo com Cristina Pecequilo, apesar de sua crescente popularidade e da mobilização de massas, Lula enfrentou uma campanha ferrenha por parte da mídia, que o retratava como uma ameaça ao sistema econômico e político tradicional. Esse cenário culminou em uma disputa polarizada entre Lula e Fernando Collor de Mello.

Collor, posicionado como um candidato de centro-direita, conseguiu angariar apoio ao se apresentar como uma figura jovem e moderna, prometendo combater a corrupção e implementar reformas neoliberais. Como Pecequilo descreve, a mídia teve um papel central ao favorecer Collor, apresentando Lula como um candidato radical, enquanto Collor se beneficiava de uma agenda pró-EUA e de políticas de abertura econômica (PECEQUILO, 2011, p.49-50).

A derrota de Lula em 1989 foi significativa, mas não desanimadora. Ele continuou construindo sua imagem como líder popular e candidato das camadas mais pobres e trabalhadoras do país. Durante os anos 1990, Lula amadureceu politicamente e moderou suas posições, afastando-se de uma retórica puramente socialista para adotar um discurso mais pragmático, o que lhe permitiria, posteriormente, formar alianças políticas amplas. A ascensão de Lula ao poder em 2002 ocorreu em um contexto global e regional marcado por uma reação às políticas neoliberais implementadas nas décadas anteriores, especialmente após as crises econômicas dos anos 1990.

Essa mudança de Lula, de um sindicalista radical para um político mais pragmático, foi uma das razões de seu sucesso em 2002. Perry Anderson, aponta que essa transformação política de Lula reflete uma tendência vista em outras partes da América Latina, onde líderes de esquerda passaram a adotar políticas mais moderadas para alcançar o poder. Lula buscava equilibrar suas raízes sindicais com a necessidade de manter a confiança do mercado financeiro e dos setores mais conservadores, tanto no Brasil quanto no exterior (ANDERSON, 2011).

A presidência de Lula, a partir de 2003, foi marcada por um equilíbrio entre políticas, como a ampliação dos programas sociais, e a manutenção de uma política econômica responsável, com foco na estabilidade fiscal e no crescimento. Durante sua presidência, ele

²⁴ PT. Aniversário do Lula: a vida do melhor presidente que o Brasil já teve em 77 imagens. Disponível em: 27 out. 2022 <<https://lula.com.br/aniversario-do-lula-a-vida-do-melhor-presidente-que-o-brasil-ja-teve-em-77-imagens/>>. Acesso em: 10 set. 2024

implementou uma série de políticas sociais de grande impacto, como o Bolsa Família, ao mesmo tempo em que manteve políticas econômicas de responsabilidade fiscal, garantindo uma estabilidade macroeconômica que permitiu ao Brasil se destacar no cenário internacional. A crítica de Jill Lepore (2018) sobre o liberalismo econômico nos Estados Unidos, que destaca o fato de que políticas sociais podem coexistir com um sistema de mercado aberto, também se aplica a Lula, que conseguiu, de forma pragmática, implementar programas sociais robustos sem romper completamente com o modelo de economia de mercado globalizado (LEPORE, 2018, p.837).

Essa habilidade de navegar entre o compromisso com as causas sociais e a manutenção de uma política econômica pragmática permitiu a Lula consolidar sua liderança não apenas no Brasil, mas também em escala internacional, onde ele se tornou uma voz importante para os países em desenvolvimento.

O governo Lula implementou uma série de políticas que visavam combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, o que é um traço característico da esquerda conforme definido por Norberto Bobbio. O “Bolsa Família”, um dos programas de transferência de renda mais conhecidos, foi central na estratégia de inclusão social do governo Lula. Este programa, ao combinar transferências condicionais com a exigência de que as famílias mantivessem os filhos na escola e atualizassem as vacinas, buscava romper o ciclo da pobreza de maneira estrutural, promovendo a mobilidade social das camadas mais vulneráveis da população.²⁵

Além disso, o “Minha Casa, Minha Vida” foi outra iniciativa emblemática, que visava a construção de habitações populares para famílias de baixa renda, aumentando o acesso à moradia digna.²⁶ Estas políticas, que envolviam forte intervenção estatal e a redistribuição de recursos, alinhavam-se com a noção de justiça social promovida pela esquerda, conforme discutido por Bobbio.

Entretanto, o PT, durante os governos Lula e Dilma, adotou uma série de políticas econômicas que poderiam ser classificadas como mais próximas ao centro ou até mesmo ao centro-direita, o que gera debates sobre o quão "de esquerda" esses governos realmente foram. A política econômica de Lula no primeiro mandato, por exemplo, foi marcada por uma ortodoxia fiscal, com o governo priorizando o controle da inflação e a manutenção de superávits

²⁵ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Bolsa Família. Gov.Br. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

²⁶ MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sobre o Minha Casa, Minha Vida. Gov.Br. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 26/08/2024.

primários, em vez de uma expansão do gasto público indiscriminado.²⁷ Essa postura gerou críticas de setores mais radicais da esquerda, que viam nisso uma continuidade das políticas neoliberais dos anos 1990.

Já no governo Dilma, houve uma mudança de rumo com a chamada “Nova Matriz Econômica” (NME), que ampliou o papel do Estado na economia, com intervenções diretas em setores estratégicos, controle de preços e incentivos a setores industriais específicos. No entanto, essa abordagem, que poderia ser vista como mais alinhada à esquerda, levou a distorções macroeconômicas, contribuindo para a crise econômica que marcou o final do mandato de Dilma.²⁸

Essa complexidade levanta a questão: o PT foi realmente um partido de esquerda durante esses anos ou operou como um partido de centro-esquerda com tendências pragmáticas? Norberto Bobbio argumenta que a esquerda é definida por seu compromisso com a igualdade e a justiça social, mas ele também reconhece que a política real muitas vezes envolve compromissos que podem diluir esses valores. No caso do PT, pode-se argumentar que, enquanto ele adotou políticas sociais típicas da esquerda, também se adaptou às realidades de governança que exigiam concessões a uma política econômica mais centrista.

2.6 Contradição entre discurso e prática: classificando os governos Lula e Dilma

A análise dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, dentro do espectro político descrito por Norberto Bobbio, revela uma interessante contraposição entre a narrativa oficial do Partido dos Trabalhadores (PT) e a realidade prática de suas gestões. O PT, desde sua fundação, sempre se posicionou como um partido de esquerda, fortemente comprometido com a luta por justiça social, redistribuição de renda e ampliação de direitos para as classes mais desfavorecidas. Contudo, ao examinar de perto as políticas adotadas durante os mandatos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), é possível identificar elementos de pragmatismo econômico que colocam esses governos em uma posição mais próxima ao centro-esquerda, em vez de uma esquerda pura, à luz dos conceitos de Norberto Bobbio,

²⁷ FILHO, Fernando Ferrari. A ortodoxia econômica do Governo Lula da Silva e a busca da esperança perdida a partir de uma proposição de política econômica alternativ Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 125-134, jun. 2005a. Disponível em:

<<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1086>>. Acesso em 28 ago. 2024

²⁸ WIKIPÉDIA. Nova matriz econômica. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_matriz_econ%C3%B4mica#CITEREFCarvalho2018>. Acesso em 28 ago. 2024

principalmente por causa do equilíbrio entre suas retóricas progressistas e as práticas políticas moderadas.

Bobbio, em sua obra *Direita e Esquerda*, estabelece uma distinção entre esquerda e direita com base na ênfase dada pela esquerda à igualdade social e pela direita à liberdade individual. No entanto, ele também destaca que essas categorias não são absolutas, e muitos governos situam-se no centro do espectro político ao tentar combinar princípios de ambos os lados.

Os governos Lula e Dilma foram responsáveis por avanços significativos no combate à desigualdade e na inclusão social. Com destaque para o Bolsa Família na redução da pobreza extrema e o impacto positivo de programas como Minha Casa, Minha Vida, a ampliação do acesso à educação superior (ProUni, FIES), a Política de Valorização do Salário Mínimo, a PEC das Domésticas, a Lei Maria da Penha, a política de cotas e Mais Médicos no fortalecimento do acesso aos direitos fundamentais, especialmente para as populações mais vulneráveis.²⁹ O Bolsa Família, em particular, é frequentemente apresentado como um exemplo claro de como políticas redistributivas podem transformar a realidade de milhões de brasileiros, retirando mais de 36 milhões de pessoas da pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).³⁰

No entanto, apesar de seu compromisso com a justiça social, os governos de Lula e Dilma foram marcados por uma abordagem de pragmatismo econômico que dialogava com a lógica do mercado, característico do centro político. O pragmatismo econômico refere-se à adoção de políticas que, embora não estejam totalmente alinhadas com a doutrina tradicional de esquerda, são consideradas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e o crescimento do país.

Esse pragmatismo é evidente na política econômica dos governos do PT, especialmente durante o primeiro mandato de Lula, quando a gestão de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda implementou medidas focadas no controle da inflação, manutenção do superávit primário e pagamento da dívida externa, todas essenciais para garantir a confiança dos

²⁹ OLIVEIRA, Breno da Silva; MULLER, Fernanda da Rosa; BORIN, Mariana Teixeira; PESSOA, Elisângela Maia; GUILHERME, Rosilaine Coradini. Uma análise das políticas sociais nos governos lula e dilma e a emancipação humana como compromisso do serviço social. UFMA. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_455_455610843e957de1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

³⁰ SANTOS, Rubens. Uma década de Bolsa Família. 07 out. 2013. IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2945:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 set. 2024.

mercados e manter o fluxo de investimentos internacionais.³¹ Mesmo com o foco na inclusão social, Lula manteve uma relação positiva com o mercado financeiro e as empresas privadas, algo que, na visão de Bobbio, afasta um governo da esquerda radical, que tenderia a uma maior intervenção estatal na economia e controle dos mercados.

Essas medidas, caracteristicamente de centro, refletem uma preocupação com a estabilidade econômica, que se afastava das tradicionais políticas intervencionistas associadas à esquerda. Durante a maior parte do primeiro mandato de Lula, o governo evitou aumentar os gastos públicos de maneira descontrolada, em vez disso priorizando políticas que estabilizassem a economia e criassem um ambiente favorável para o setor privado. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, é outro exemplo de pragmatismo. Embora o PAC tenha como objetivo melhorar a infraestrutura e promover o crescimento, o programa dependia fortemente de parcerias público-privadas, envolvendo grandes empresas e setores do agronegócio, áreas que tradicionalmente não estão no foco de políticas de esquerda.

Visando prioritariamente ao investimento público em infraestrutura, o programa estabelece também medidas de desoneração e mudanças do sistema tributário e ações fiscais de longo prazo. Pode-se afirmar que por intermédio do PAC o governo começa a atribuir à política fiscal função adicional, ou seja, mesmo garantido o superávit primário fixado, utiliza o espaço para uma política de crescimento, criando, por exemplo, a possibilidade de abater da meta de superávit primário de 4,25% gastos com investimentos nos Projetos Piloto de Investimento (PPI) de até 0,5% do PIB e, posteriormente, de abater gastos do próprio PAC. (LOUREIRO; SANTOS e GOMIDE, 2011, p.71)

Essa conciliação entre políticas de redistribuição de renda e medidas de controle macroeconômico revela a natureza de centro-esquerda desses governos. O partido, em seu discurso oficial, minimiza essas concessões ao mercado financeiro e às grandes empresas, preferindo enfatizar o impacto positivo das políticas sociais. Contudo, o próprio Lula reconheceu, em diversas ocasiões, a importância de manter o diálogo com o setor privado e com os investidores para garantir o crescimento econômico, destacando que o sucesso dos programas sociais só foi possível graças à estabilidade econômica conquistada por sua equipe econômica.

O contraste entre a narrativa oficial do PT e a realidade prática desses governos pode ser evidenciado pela forma como o partido enxerga seu papel na promoção da justiça social. No

³¹ MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Mantega e Palocci defendem no Senado política fiscal austera. 12 mar. 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-assuntos-economicos/orcamento-federal/noticias/mantega-e-palocci-defendem-no-senado-politica>>. Acesso em: 08 set. 2024.

livro *A História do PT*, Lincoln Secco (2018) explora a trajetória do partido, enfatizando a importância das conquistas sociais durante os governos de Lula e Dilma, mas reconhecendo que, para manter o poder e continuar promovendo sua agenda social, o PT teve que adotar medidas econômicas moderadas. Essas concessões ao mercado, segundo Secco, foram essenciais para garantir que o partido pudesse implementar suas políticas sociais sem colocar em risco a estabilidade do país.

Durante o governo Lula, o Brasil consolidou sua posição nos BRICS e buscou diversificar suas parcerias comerciais, o que implicava em manter uma postura de cooperação com o mercado financeiro internacional. Bobbio argumenta que, enquanto a esquerda pura favorece um controle mais rigoroso sobre o mercado e o capital, os governos de centro-esquerda conciliam as demandas do mercado com políticas sociais.

Embora o discurso do PT, especialmente durante as campanhas eleitorais, enfatizasse uma agenda transformadora de esquerda, na prática, as administrações de Lula e Dilma adotaram medidas mais moderadas. De acordo com Bobbio, essa oscilação entre o discurso e a prática é comum em governos de centro-esquerda, que se veem forçados a fazer concessões em prol da governabilidade e da estabilidade econômica. O escândalo de corrupção e as alianças políticas com partidos mais conservadores, como o PMDB, são exemplos das concessões feitas por esses governos para garantir a governabilidade.

Dessa forma, ao contrastar as ideias, é possível afirmar que, embora os governos de Lula e Dilma tenham se comprometido com políticas de esquerda no campo social, sua condução econômica foi marcada por um pragmatismo que os coloca mais próximos do centro-esquerda. A narrativa oficial do PT, ao destacar apenas os aspectos sociais e redistributivos desses governos, tende a enfatizar a posição de esquerda, mas a realidade de concessões ao setor privado, responsabilidade fiscal e parcerias com o capital empresarial sugere uma posição mais moderada, em conformidade com os conceitos de centro-esquerda desenvolvidos por Bobbio.

2.6.1 Governabilidade e o presidencialismo de coalizão

Para entender melhor sobre governabilidade, entender sobre o conceito presidencialismo de coalizão é central para compreender como os governos de Lula e Dilma Rousseff conseguiram aprovar suas políticas internas, especialmente aquelas que se relacionam às suas agendas progressistas, e também como isso afetou a política externa. Ao negociar constantemente com partidos de diferentes espectros ideológicos, Lula e Dilma precisaram adotar posturas pragmáticas tanto nas questões domésticas quanto internacionais.

De acordo com Sérgio Abranches, o presidencialismo de coalizão é um arranjo político no qual o presidente do Brasil, devido à fragmentação partidária no Congresso, é obrigado a formar amplas coalizões para garantir a governabilidade. Esse sistema, que reflete a fragmentação partidária do Brasil, cria um cenário em que os presidentes são obrigados a fazer concessões para manter o apoio legislativo necessário para aprovar suas políticas. Abranches observa que o sistema é marcado pela diversidade de interesses e demandas dos diferentes partidos e grupos, o que torna o processo de tomada de decisão mais complexo e sujeito a negociações intensas. Segundo ele, “o presidencialismo de coalizão impõe uma agenda inflacionada de problemas e demandas ao Executivo” (ABRANCHES, 1988, p.8).

A frequência de coalizões reflete a fragmentação partidário-eleitoral, por sua vez ancorada nas diferenciações sócio-culturais; é improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário. Essa correlação entre fragmentação partidária, diversidade social e maior probabilidade de grandes coalizões beira o truísmo. É nas sociedades mais divididas e mais conflitivas que a governabilidade e a estabilidade institucional requerem a formação de alianças e maior capacidade de negociação. (ABRANCHES, 1988, p.20-21)

Durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, o presidencialismo de coalizão teve um impacto direto tanto nas políticas internas quanto nas relações internacionais. Para Lula, a necessidade de formar alianças com partidos de diferentes espectros políticos impôs um pragmatismo em sua agenda interna, o que se refletiu também na política externa. Lula buscou equilibrar suas políticas progressistas, como o fortalecimento das relações Sul-Sul e a defesa do multilateralismo, com a manutenção de laços fortes com os EUA e outras potências econômicas.

No presidencialismo, a instabilidade da coalizão pode atingir diretamente a presidência. É menor o grau de liberdade de recomposição de forças, através da reforma do gabinete, sem que se ameace as bases de sustentação da coalizão governante. No Congresso, a polarização tende a transformar "coalizões secundárias" e facções partidárias em "coalizões de veto", elevando perigoamente a probabilidade de paralisia decisória e conseqüente ruptura da ordem política. (ABRANCHES, 1988, p.30)

No contexto das relações Brasil-EUA, esse pragmatismo permitiu que Lula mantivesse uma postura crítica em relação à Guerra do Iraque e ao unilateralismo dos EUA, sem romper totalmente os laços diplomáticos e econômicos com o país. O presidencialismo de coalizão influenciou essa postura, pois Lula precisava gerenciar as expectativas de uma base política

ampla, que incluía desde partidos de esquerda até setores mais conservadores, muitos dos quais viam a relação com os EUA como estratégica para o Brasil. Esse pragmatismo ajudou a moldar uma política externa que conciliava a busca por autonomia com o pragmatismo econômico, característica central do governo Lula.

Dilma Rousseff, por sua vez, enfrentou desafios similares no que diz respeito à governabilidade interna e à política externa. Seu governo foi marcado por tensões ainda maiores com os Estados Unidos, especialmente após as revelações de espionagem da NSA, que expuseram a interceptação de comunicações de líderes estrangeiros, incluindo a própria presidente. Assim como Lula, Dilma teve que equilibrar sua crítica ao intervencionismo americano com a necessidade de manter o diálogo diplomático e a cooperação econômica, especialmente em áreas como comércio e investimentos. O presidencialismo de coalizão, nesse contexto, exigia de Dilma uma postura diplomática que não alienasse setores do Congresso, que mantinham expectativas de proximidade com os EUA.

O presidencialismo de coalizão também impactou as políticas sociais e econômicas dos dois governos.³² Tanto Lula quanto Dilma tiveram que negociar continuamente com o Congresso para aprovar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, que estavam no cerne de suas agendas progressistas. Essas políticas reforçavam a imagem do Brasil como uma potência emergente comprometida com a redução da desigualdade, o que se refletia também em sua diplomacia, ao defender uma maior participação dos países em desenvolvimento nos organismos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU.

Assim, o presidencialismo de coalizão, ao forçar concessões e negociações constantes, moldou tanto as políticas internas quanto a atuação externa de Lula e Dilma.³³ Embora ambos buscassem projetar o Brasil como um ator global independente e defensor de soluções pacíficas, esse sistema impunha limites práticos ao alcance de suas ações, levando-os a um equilíbrio delicado entre a busca por autonomia e a necessidade de pragmatismo nas relações bilaterais, especialmente com os EUA.

³² CASADO, Leticia. **Coalizão foi fundamental para a governabilidade, diz Dilma**. 03 mai. 2014. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/05/03/coalizao-foi-fundamental-para-a-governabilidade-diz-dilma.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2024.

³³ ESTADÃO CONTEÚDO. **S&P acredita que Dilma terá de formar coalizão que aprove reformas**. 27 out.2014. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/sp-acredita-que-dilma-tera-de-formar-coalizao-que-aprove-reformas/>>. Acesso em: 07 out. 2024.

CAPÍTULO 3: Impactos e comparações entre progressismo e esquerda

3.1 Semelhanças e diferenças

Embora o progressismo nos Estados Unidos e a esquerda no Brasil compartilhem um compromisso com a justiça social e a intervenção estatal, eles operam em contextos políticos e culturais muito diferentes. O progressismo nos EUA tende a ser mais moderado, refletindo a necessidade de operar dentro de um sistema político que valoriza o mercado livre e o individualismo. Em contraste, a esquerda no Brasil, especialmente sob o PT, adotou políticas que buscaram uma intervenção estatal mais direta na economia, refletindo um contexto de desigualdades sociais extremas e uma tradição de movimentos populares de base.

No entanto, é importante notar que, enquanto ambos os movimentos buscam promover a igualdade, o progressismo nos EUA é frequentemente mais limitado em sua capacidade de implementação devido à estrutura política do país e à resistência cultural a uma maior intervenção estatal. Já no Brasil, embora o PT tenha conseguido implementar políticas sociais de grande impacto, também enfrentou os desafios de um sistema político fragmentado e de uma economia globalizada que limita a capacidade de ação autônoma dos governos.

3.2 Relações bilaterais

3.2.1 Tensões entre Lula, Dilma e os EUA sobre a Guerra do Iraque

A Guerra do Iraque, iniciada em 2003 por George W. Bush, gerou tensões nas relações Brasil-EUA durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, em diferentes momentos, tanto com Bush quanto com Barack Obama. Quando o presidente George W. Bush decidiu invadir o Iraque, justificando a ação com a suposta presença de armas de destruição em massa, o Brasil criticou a falta de autorização formal do Conselho de Segurança da ONU para a operação militar, insistindo que essa decisão violava os princípios do direito internacional.

A transição do governo George W. Bush para Barack Obama trouxe mudanças significativas no tom e nas prioridades da política externa dos EUA, mas as tensões com o Brasil, especialmente sobre o Oriente Médio, persistiram. Enquanto Bush adotou uma postura unilateralista, centrada na intervenção militar e na “guerra ao terror”, que culminou na invasão do Iraque, Obama prometeu um reposicionamento dos EUA no cenário global, focando em diplomacia multilateral e cooperação. No entanto, a continuidade de certas políticas de

segurança americana, como o uso de drones e a presença militar residual no Iraque, manteve parte da crítica brasileira em relação à atuação dos EUA no Oriente Médio.

Desde o início do conflito, Lula adotou uma postura crítica, defendendo o multilateralismo e a resolução pacífica dos conflitos, o que contrastava com o unilateralismo dos EUA, que optaram por uma intervenção militar sem o respaldo do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil, sob a liderança de Celso Amorim, condenou publicamente a invasão, o que gerou uma certa fricção com o governo Bush, ainda que as relações comerciais e diplomáticas entre os dois países não tenham sido comprometidas.

"A América do Sul só tem a perder com uma guerra no Iraque". Essa é a avaliação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. [...] Segundo Amorim, os efeitos econômicos para a região poderiam ser bastante negativos caso de fato ocorra um ataque contra Bagdá. "Existe uma predisposição do continente para que seja dada uma solução política para a crise", afirma o ministro, durante um encontro em Tóquio sobre comércio internacional. (AGÊNCIA ESTADO, 2003)

Lula e Amorim trabalharam para manter o diálogo com os EUA, mas o conflito evidenciou a divergência fundamental entre a política externa brasileira, voltada para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e o multilateralismo, e a postura militarista dos Estados Unidos. Cristina Pecequilo destaca que o governo Lula, ao criticar a Guerra do Iraque, reafirmou a autonomia da política externa brasileira, distanciando-se da influência direta de Washington.³⁴

No governo de Dilma Rousseff, as tensões sobre o Iraque continuaram a existir, mesmo com a administração de Obama. Embora Obama tenha prometido retirar as tropas americanas do Iraque, o Brasil, sob Dilma, continuou a criticar as intervenções militares americanas no Oriente Médio. Dilma manteve a linha adotada por Lula, reforçando a posição brasileira em prol de uma política externa multilateral e a defesa de soluções diplomáticas para conflitos internacionais. As tensões entre Brasil e EUA foram agravadas pelo episódio de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA, revelado em 2013, que afetou diretamente a relação de confiança entre Dilma e Obama.

Embora a Guerra do Iraque tenha representado uma fonte de tensões iniciais entre Lula³⁵ e Bush, e posteriormente entre Dilma e Obama, ambos os governos brasileiros conseguiram

³⁴ AGENCIA ESTADO. **América do Sul "só tem a perder" com a guerra, diz Amorim**. 16 fev. 2003. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/amp/economia/america-do-sul-so-tem-a-perder-com-a-guerra-diz-amorim/>>. Acesso em: 06 out. 2024

³⁵ BBC Brasil. **O que acontece no Iraque é uma ocupação, reforça Amorim**. Dez. 2003. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/12/printable/031204_lulaedsoncl>. Acesso em: 06 out. 2024

manter uma relação diplomática com os Estados Unidos, priorizando o pragmatismo nas questões comerciais e em fóruns internacionais, como o G20.

3.2.2 Impactos nas relações bilaterais

As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos entre 2009 e 2016 foram influenciadas por uma série de fatores, incluindo as ideologias políticas dos governos de Lula, Dilma Rousseff e Barack Obama, além de questões estratégicas que se estenderam para áreas como comércio, energia e tecnologia. Durante esse período, ambos os países buscaram manter uma parceria pragmática, mesmo que suas orientações ideológicas fossem distintas.

Ao longo do período de 2003 a 2010, estas pressões ideológicas sob a agenda de Lula assumiram diversas formas e canais, em algumas partes da mídia, procurando polarizar a opinião pública em torno desta oposição básica, de uma diplomacia a favor ou contrária aos EUA. (PECEQUILO, 2011, p.88)

A implementação quase simultânea dessas ideologias nos dois países teve impactos significativos nas relações bilaterais e nas políticas internas de ambos. As relações entre os EUA e o Brasil durante os anos de 2009 a 2016 foram marcadas por uma cooperação em áreas como mudanças climáticas, mas também por tensões, especialmente em questões econômicas e de política externa.

O governo de Lula foi marcado por uma política externa que procurava fortalecer a autonomia do Brasil em suas relações internacionais, ao mesmo tempo em que promovia uma maior cooperação sul-sul. Como apontado por Cristina Pecequilo (2011, p. 59), Lula trabalhou para "ampliar as parcerias com potências emergentes e diminuir a dependência de um alinhamento automático com os Estados Unidos", buscando maior independência para o Brasil no cenário internacional. Entretanto, a relação com os EUA continuou sendo de grande importância para o Brasil, especialmente no que tange ao comércio e às negociações multilaterais.

O governo Obama, por exemplo, buscou uma relação mais próxima com o Brasil, reconhecendo o papel emergente do país na cena global. Isso se refletiu em iniciativas conjuntas como o “Diálogo de Parceria Global EUA-Brasil”³⁶ e a cooperação no campo das energias

³⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Diálogo de Parceria Global Brasil-Estados Unidos – Washington, 31 de maio e 1º de junho de 2011 – Comunicado Conjunto. 02 jun. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/dialogo-de-parceria-global-brasil-estados-unidos-washington-31-de-maio-e-1-de-junho-de-2011-comunicado-conjunto>. Acesso em: 28 ago. 2024.

renováveis. No entanto, divergências surgiram em áreas como a política comercial, onde o Brasil, sob o governo Dilma, adotou uma postura mais protecionista, em contraste com a agenda de livre comércio promovida pelos EUA.³⁷

A gestão de Dilma Rousseff seguiu essa linha, mas com nuances mais pragmáticas em suas relações com Washington, especialmente após a crise financeira global de 2008. Dilma continuou priorizando áreas estratégicas de cooperação, como a energia e a tecnologia. Um exemplo foi o diálogo sobre o desenvolvimento de tecnologias limpas e energias renováveis, um ponto de interesse compartilhado por ambos os países, especialmente considerando a vasta riqueza energética do Brasil e o compromisso dos EUA com a transição energética durante o governo Obama.

No campo comercial, os dois países mantiveram relações estreitas, mas o Brasil também buscou uma diversificação de suas parcerias globais. As ideologias progressistas de Obama e as pautas de esquerda do PT, no entanto, não garantiram uma relação sem atritos. A revelação de que a Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) havia monitorado as comunicações de Dilma gerou uma crise diplomática em 2013, levando a presidente brasileira a cancelar uma visita oficial a Washington. Esse evento mostrou os limites da cooperação entre os dois países, especialmente no campo político, mesmo com interesses econômicos e tecnológicos compartilhados.

Internamente, a presença dessas ideologias também moldou a política em cada país. Nos EUA, o legado progressista de Obama foi parcialmente desmantelado pelo governo subsequente, que buscou reverter muitas das suas políticas, especialmente na área da saúde e regulação financeira. No Brasil, as políticas sociais do PT foram alvo de críticas crescentes à medida que a crise econômica se aprofundava, levando ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a uma guinada política para a direita.

Dessa forma, a relação entre Brasil e Estados Unidos durante os governos de Lula, Dilma e Obama foi marcada por uma mistura de pragmatismo e tensões, com a cooperação em áreas estratégicas como energia e tecnologia se destacando, ao passo que divergências ideológicas e eventos geopolíticos, como o escândalo da NSA, criaram desafios. Pecequillo observa que "a interação entre ambos os países foi continuamente ajustada para refletir seus

³⁷ UCHOA, Pablo. Dilma rebate críticas sobre protecionismo e defende 'legítima defesa' na ONU. BBC News Brasil. 25 set. 2012. <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120925_dilma_protecionismo_onu_pu>. Acesso em 28 ago. 2024.

interesses e diferenças, sempre mantendo um grau de respeito mútuo nas áreas mais críticas" (2011, p. 67).

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a investigar como as ideologias progressistas nos Estados Unidos e de esquerda no Brasil foram implementadas na prática entre 2009 e 2016 e quais foram seus impactos nas relações bilaterais e nas políticas internas de cada país. Inicialmente, a pesquisa estava centrada em compreender esses impactos no contexto de dois governos, o de Barack Obama nos EUA e os de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil. No entanto, à medida que o estudo se aprofundou, surgiu a necessidade de reavaliar a classificação desses governos à luz do espectro político de Norberto Bobbio, o que levou à formulação de uma nova questão de pesquisa: como, de fato, pode ser classificado o governo Obama e os governos de Lula e Dilma, considerando os conceitos de esquerda, centro e direita de Bobbio? Seriam os governos brasileiros de fato de esquerda, como amplamente identificados, ou de centro-esquerda?

Para responder a essa questão, foi essencial revisar os conceitos de Bobbio, que estabelece que a principal distinção entre direita e esquerda está na resposta à desigualdade social. A esquerda busca ativamente a redução dessas desigualdades por meio de políticas redistributivas e maior intervenção estatal, enquanto a direita defende a liberdade individual e a intervenção mínima do Estado na economia. Aplicando essa definição ao contexto norte-americano, ficou claro que o governo Obama, embora progressista em muitos aspectos, não rompeu completamente com as tradições do liberalismo econômico. Suas políticas, como o Affordable Care Act e as medidas de estímulo econômico pós-crise de 2008, foram centradas em corrigir desigualdades, mas respeitando os limites do mercado e da competitividade empresarial. Portanto, à luz dos conceitos de Bobbio, o governo Obama pode ser classificado como um governo de centro-esquerda, caracterizado por uma abordagem moderada, que conciliava justiça social com a preservação da estrutura capitalista.

Da mesma forma, a análise dos governos de Lula e Dilma à luz dos mesmos conceitos revela uma realidade semelhante. Embora amplamente identificados como governos de esquerda, suas administrações adotaram um pragmatismo econômico que se distanciava de uma esquerda puramente ideológica. O Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, programas emblemáticos de seus mandatos, foram cruciais na promoção de justiça social e redução da pobreza, aspectos centrais da esquerda. No entanto, esses governos também mantiveram uma política de responsabilidade fiscal e estabilidade econômica, características típicas de um

governo de centro-esquerda. A habilidade de Lula e Dilma de conciliar essas duas frentes, ampliando políticas sociais ao mesmo tempo em que mantinham uma economia de mercado, posiciona seus governos mais próximos do centro-esquerda na perspectiva de Bobbio.

Com essa comparação, foi possível perceber que tanto Obama quanto Lula e Dilma buscaram implementar agendas progressistas ou de esquerda, mas dentro de um cenário de moderação e pragmatismo. Esse posicionamento teve impactos diretos nas relações bilaterais entre os dois países, com momentos de cooperação em áreas como o comércio, a energia e o meio ambiente, mas também tensões decorrentes de diferenças ideológicas e práticas. Ao classificar esses governos como de centro-esquerda, fica evidente que suas políticas, tanto internas quanto externas, foram moldadas pela busca de justiça social sem romper com o liberalismo econômico, o que limitou o impacto dessas políticas em certos aspectos, como a reforma mais profunda do sistema de saúde nos EUA ou as reformas estruturais econômicas no Brasil.

Em suma, à luz dos conceitos de Norberto Bobbio, pode-se afirmar que os governos de Barack Obama, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff se enquadram no espectro político de centro-esquerda. Essa classificação permite uma compreensão mais detalhada dos desafios e das limitações enfrentadas por esses governos na implementação de suas políticas, tanto internamente quanto em suas relações bilaterais. A análise também contribui para desmistificar a visão simplificada de que os governos brasileiros entre 2009 e 2016 foram puramente de esquerda, quando, na verdade, o pragmatismo econômico e as concessões ao mercado os colocam em uma posição mais moderada dentro do espectro político. Assim, este estudo amplia a compreensão sobre como essas ideologias foram postas em prática, seus impactos concretos e as sutilezas que permeiam a classificação política de governos progressistas e de esquerda no contexto contemporâneo.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro***. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a J4. Disponível em: < <https://politica3unifesp.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf> >. Acesso em: 07 out. 2024.

AGARWAL, Rajshree. *Lessons From The 2009 American Recovery And Reinvestment Act For The American Jobs And Infrastructure Plan*. Forbes, 05 mai. 2021. Disponível em: < <https://www.forbes.com/sites/rajshreeagarwal/2021/05/05/lessons-from-the-2009-american-recovery-and-reinvestment-act-for-the-american-jobs-and-infrastructure-plan/> >. Acesso em: 10 set. 2024

AGENCIA ESTADO. **América do Sul "só tem a perder" com a guerra, diz Amorim**. 16 fev. 2003. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/amp/economia/america-do-sul-so-tem-a-perder-com-a-guerra-diz-amorim/> >. Acesso em: 06 out. 2024

AGÊNCIA SENADO. **Economia brasileira foi a terceira que mais cresceu no mundo em 2010**. 03 mar. 2011. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/03/03/economia-brasileira-foi-a-terceira-que-mais-cresceu-no-mundo-em-2010> >. Acesso em: 13 set. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **EUA grampearam telefone do avião de Dilma**. 04 jul. 2015. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513286/noticia.html?sequence=1> >. Acesso em: 12 jul. 2024.

ALVES, Ana Patrícia. **Congressistas democratas dos EUA chegam ao Brasil para encontros com Padilha e outros ministros**. CNN Brasil, Brasília, 14 ago. 2023. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/congressistas-democratas-dos-eua-chegam-ao-brasil-para-encontros-com-padilha-e-outros-ministros/> >. Acesso em: 10 dez. 2023.

ANDERSON, Perry. *American Foreign Policy and Its Thinker*. Verso, 2017.

ANSA. **Obama não se considera o presidente mais progressista**. UOL, 04 fev. 2014. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2014/02/04/obama-nao-se-considera-o-presidente-mais-progressista.htm?cmpid=copiaecola> >. Acesso em: 14 set. 2024

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora Unesp. 2002.

AYERBE, Luis Fernando. *Ordem, Poder e Conflito no século XXI: esse mesmo mundo é possível*. São Paulo: UNESP, 2006.

BASSETS, Marc. **EUA abraçam causas progressistas**. El País, 23 fev. 2015. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/22/internacional/1424570451_719452.html >. Acesso em: 10 set. 2024

BALAKRISHNAN, Ravi; TOSCANI, Frederik. **Como o boom das commodities ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina**. IMFBlog, 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/06/21/blog-how-the-commodity-boom-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america>>. Acesso em: 13 set. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Obama se diz a favor do casamento gay nos EUA**. 09 mai. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120509_obama_casamento_gay_rc_pu#:~:text=O%20presidente%20americano%2C%20Barack%20Obama,de%20mesmo%20sexo%20no%20Estado>. Acesso em: 10 set. 2024

BBC NEWS BRASIL. **Obama decide por intervenção na Síria, mas vai buscar aval do Congresso**. 31 ago. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130831_obama_pronunciamento_siria_lg_b>. Acesso em: 06 out. 2024

BBC BRASIL. **O que acontece no Iraque é uma ocupação, reforça Amorim**. Dez. 2003. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/12/printable/031204_lulaedsoncl>. Acesso em: 06 out. 2024

BERGAMASCO, Daniel. **Obama nega direitização e se proclama progressista**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 09 jul. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0907200807.htm>>. Acesso em: 09 set. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Novos estud. CEBRAP (74). Mar 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CASADO, Leticia. **Coalizão foi fundamental para a governabilidade, diz Dilma**. 03 mai. 2014. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/05/03/coalizacao-foi-fundamental-para-a-governabilidade-diz-dilma.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2024.

CARTA CAPITAL. **A questão racial e o sonho da igualdade na era Obama**. 16 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-questao-racial-e-o-sonho-da-igualdade-na-era-obama-2223/>>. Acesso em: 10 set. 2024

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. rev. ampl. 1ª reimpressão - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

COLETTA, Ricardo Della. **Veja cronologia dos 200 anos das relações diplomáticas entre Brasil e EUA**. Folha de S. Paulo, 5 mai. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/05/veja-cronologia-dos-200-anos-das-relacoes-diplomaticas-entre-brasil-e-eua.shtml>>. Acesso em: 14/09/2024.

COLETTA, Ricardo Della. **Relação Brasil-EUA nasceu sob doutrina Monroe e mudou de paradigma no século 20**. 25 mai. 2024. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/05/relacao-brasil-eua-nasceu-sob-doutrina-monroe-e-mudou-de-paradigma-no-seculo-20.shtml>>. Acesso em: 14/09/2024

CONGRESS. S.181 - **Lilly Ledbetter Fair Pay Act of 2009**. Disponível em:

<<https://www.congress.gov/bill/111th-congress/senate-bill/181#:~:text=Lilly%20Ledbetter%20Fair%20Pay%20Act%20of%202009%20%2D%20Amends%20the%20Civil,individual%20is%20affected%20by%20application>>. Acesso em: 10 set. 2024

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da; AMBROZIO, Antonio Marcos Hoelz; PUGA, Fernando Pimentel; SOUSA, Filipe Lage de; NASCIMENTO, Marcelo Machado. **A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro**.

BNDES. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024

DANTAS, Fernando. **Heterodoxos rejeitam nova matriz**. Estadão. 22 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/fernando-dantas/heterodoxos-rejeitam-nova-matriz/>>. Acesso em? 10 set. 2024.

DEUTSCHE WELLE. **Deputados democratas dos EUA criticam aproximação com Bolsonaro**. Carta Capital, 10 jan. 2019. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/mundo/deputados-democratas-dos-eua-criticam-aproximacao-com-bolsonaro/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

EL PAÍS. **As cinco promessas cumpridas por Obama e as seis não cumpridas**. Madri, 18 Jan 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/internacional/1484075991_602513.html>. Acesso em: 14 set. 2024

EL PAÍS. **Obama se apresenta como exemplo do alcance da Lei dos Direitos Civis**.

Washington, 10 abr 2014. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/10/internacional/1397157840_107001.html>. Acesso em: 14 set. 2024

EL PAÍS. **Guia básico para entender o que o ajuste fiscal 2015 muda na sua vida**. São Paulo, 22 Mai 2015. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/22/politica/1432322890_723960.html>. Acesso em: 13 set. 2024

ESTADÃO CONTEÚDO. **S&P acredita que Dilma terá de formar coalizão que aprove reformas**. 27 out.2014. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/sp-acredita-que-dilma-tera-de-formar-coalizao-que-approve-reformas/>>. Acesso em 07 out. 2024.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. **American Recovery and Reinvestment Act of 2009**. Disponível em: <<https://www.fcc.gov/general/american-recovery-and-reinvestment-act-2009>>. Acesso em: 10 set. 2024

FERRARI FILHO, Fernando. **A ortodoxia econômica do Governo Lula da Silva e a busca da esperança perdida a partir de uma proposição de política econômica alternativ Indic. Econ.** FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 125-134, jun. 2005a. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1086>>. Acesso em 28 ago. 2024

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GARCEZ, Bruno. **Obama detalha propostas e parte para ofensiva contra McCain**. BBC Brasil, 29 ago. 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080829_obamapropostas_bg>. Acesso em: 09 set. 2024.

GUTIERREZ, Felipe. **Barack Obama, primeiro presidente negro dos EUA, enfrentou mentiras sobre sua origem na campanha de 2008**. G1, 27 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/10/27/barack-obama-primeiro-presidente-negro-dos-eua-enfrentou-mentiras-sobre-sua-origem-na-campanha-de-2008.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2024

G1. **Acordo nuclear com Irã é baseado em verificações, diz Obama**. 14 jul. 2015. <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/acordo-com-ira-e-baseado-em-verificacoes-diz-obama.html>>. Acesso em: 06 out. 2024

HEALTH CARE. **Affordable Care Act (ACA)**. Disponível em: <<https://www.healthcare.gov/glossary/affordable-care-act/>>. Acesso em: 10 set. 2024

HENRIQUE, Jhonattan. **Keynesianismo: o que diz essa teoria econômica?**. Politize!, 14 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/keynesianismo/#:~:text=A%20doutrina%20Keynesiana%20foco%20conhecida,e%20garantir%20o%20pleno%20emprego>>. Acesso em: 10 set. 2024

LEPORE, Jill. **These Truths: A History of the United States**. W.W. Norton & Company, 2018.

LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira dos; GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula**. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200004>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MAGENTA, Matheus. **O que é ser progressista?**. BBC News Brasil, Londres, 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62491258>>. Acesso em: 09 set. 2024.

MELO, João Ozorio de. **Presidente Obama investe em minorias nas nomeações de juízes federais**. Consultor Jurídico, 22 jun 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jun-22/obama-investe-minorias-nomeacoes-juizes-federais/>>. Acesso em: 10 set. 2024

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mantega e Palocci defendem no Senado política fiscal austera**. 12 mar. 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-assuntos-economicos/orcamento-federal/noticias/mantega-e-palocci-defendem-no-senado-politica>>. Acesso em: 08/09/2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Gov.Br. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em: 26/08/2024.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Sobre o Minha Casa, Minha Vida**. Gov.Br. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 26/08/2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Diálogo de Parceria Global Brasil-Estados Unidos** – Washington, 31 de maio e 1º de junho de 2011 – Comunicado Conjunto. 02 jun. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/dialogo-de-parceria-global-brasil-estados-unidos-washington-31-de-maio-e-1-de-junho-de-2011-comunicado-conjunto>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MORAIS, Marcus Vinícius de; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. Contexto. 2004.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (OPEB). **A relação Brasil-EUA nos primeiros 100 dias do governo Lula 3**. 31 mar. 2023. Disponível em: <<https://opeb.org/2023/04/04/a-relacao-brasil-eua-nos-primeiros-100-dias-do-governo-lula-3/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

OTOBONI, Jéssica. **A alternância de poder nos EUA: veja todos os presidentes eleitos até hoje**. CNN Brasil, São Paulo, 03 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/a-alternancia-de-poder-nos-eua-veja-todos-os-presidentes-eleitos-ate-hoje/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OLIVEIRA, Breno da Silva; MULLER, Fernanda da Rosa; BORIN, Mariana Teixeira; PESSOA, Elisângela Maia; GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Uma análise das políticas sociais nos governos lula e dilma e a emancipação humana como compromisso do serviço social**. UFMA. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_455_455610843e957de1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2012.

_____. **A Política Externa dos Estados Unidos**: Continuidade e Mudança de George W. Bush a Barack Obama. Editora Unesp, 2011.

_____. **As Relações Brasil-Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. **Biografia Lula**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>>. Acesso em: 10 set. 2024

PT. **Aniversário do Lula: a vida do melhor presidente que o Brasil já teve em 77 imagens**. Disponível em: 27 out. 2022 <<https://lula.com.br/aniversario-do-lula-a-vida-do-melhor-presidente-que-o-brasil-ja-teve-em-77-imagens/>>. Acesso em: 10 set. 2024

PT. **Caderno de Resoluções 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/caderno-de-resolucoes-do-6-congresso-nacional-do-pt.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2024

RADAR GOVERNAMENTAL. **O impacto das eleições americanas no Brasil**. 22 out. 2020. Disponível em: <<https://radargovernamental.com.br/o-impacto-das-eleicoes-americanas-no-brasil/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

REUTERS. **US top court upholds key Obama healthcare centerpiece**. 28 Jun. 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/2012/06/28/usa-healthcare-court-idUSL2E8HS4WG20120628/>>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROCHAMONTE, Catarina. **Progressismo: privilégios, hegemonia e tensão social**. Instituto Liberal, 11 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/progressismo-privilegios-hegemonia-e-tensao-social/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

SANTOS, Rubens. **Uma década de Bolsa Família**. 07 out. 2013. IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2945:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 set. 2024.

SECIUK, Cristina. **Eleição nos EUA: como o resultado da apuração vai influenciar a economia brasileira**. Gazeta do Povo, 04 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/eleicao-nos-eua-como-resultado-influencia-economia-brasileira/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

TERRA. **Obama fixa metas progressistas para segundo mandato e irrita conservadores**. 22 jan 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/obama-fixa-metas-progressistas-para-segundo-mandato-e-irrita-conservadores.5596f40417c5c310VgnCLD200000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 14 set. 2024.

UCHOA, Pablo. **Dilma rebate críticas sobre protecionismo e defende ‘legítima defesa’ na ONU**. BBC News Brasil. 25 set. 2012. <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120925_dilma_protecionismo_onu_pu>. Acesso em: 28 ago. 2024.

VICINI, James; STEMPEL, Jonathan. **US top court upholds key Obama healthcare centerpiece**. Reuters, 28 Jun. 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/2012/06/28/usa-healthcare-court-idUSL2E8HS4WG20120628/>>. Acesso em: 10 set. 2024

WIKIPÉDIA. **Nova matriz econômica**. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_matriz_econ%C3%B4mica#CITEREFCarvalho2018>.
Acesso em: 28 ago. 2024